



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS

**Relatório Anual de Avaliação do
Desempenho do Sector de Águas
2010/11**

Versão final

Maputo, 8 de Abril de 2011

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ANÁLISE DOS INDICADORES.....	2
2.1 Quadro de avaliação de desempenho.....	2
2.2 Indicadores dourados do sector.....	3
2.2.1. <i>Indicadores de dourados do subsector de ASR.....</i>	<i>3</i>
2.2.2. <i>Indicadores de dourados do subsector de ASU.....</i>	<i>6</i>
2.2.3. <i>Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos.....</i>	<i>8</i>
2.4 Assuntos chave e recomendações.....	8
2.4.1 <i>Assuntos chave.....</i>	<i>8</i>
2.4.2 <i>Recomendações.....</i>	<i>9</i>
3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS.....	10
3.1 Quadro institucional.....	10
4. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO SECTOR.....	13
4.1 Gestão de finanças públicas.....	13
4.2 Execução financeira.....	13
4.3 Relação entre a execução financeira e o Balanço do PES.....	15
4.4 Dívida do sector.....	16
4.5.1 <i>Assuntos chave.....</i>	<i>17</i>
4.5.2 <i>Recomendações.....</i>	<i>18</i>
5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA.....	18
5.1 Enquadramento no mecanismo nacional de revisão conjunta.....	18
5.2 Estágio de implementação das recomendações de 2004/9.....	19

5.3 Assuntos-chave e recomendações	23
6. GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	24
6.1 Objectivos e metas	24
6.2 Principais actividades e resultados das ARAs	24
6.2.1 <i>Actividades planificadas para 2010</i>	24
6.2.2 <i>Resultados de 2010</i>	25
6.3 Principais actividades e resultados do GRI.....	27
6.4.Principais actividades e resultados do GOH.....	28
6.5. Assuntos chave e recomendações	31
6.5.1 <i>Assuntos chave</i>	31
6.5.2 <i>Recomendações</i>	31
7. SANEAMENTO E HIGIENE	32
7.1 Objectivos e metas	32
7.2 Principais resultados do saneamento rural.....	32
7.2.1 <i>Latrinas melhoradas</i>	32
7.2.2 <i>Saneamento Total Liderado pela Comunidade</i>	33
7.2.3. <i>Saneamento Escolar</i>	34
7.3 Principais resultados do saneamento urbano.....	34
7.3.1 <i>Os grandes projectos de saneamento urbano</i>	34
7.3.2 <i>Saneamento peri-urbano</i>	35
7.4 Assuntos chave e recomendações	36
7.4.1 <i>Assuntos chave</i>	36
7.4.2 <i>Recomendações</i>	36
8. ÁGUA URBANA	37

8.1 Objectivos e metas	37
8.1 Principais resultados dos Sistemas Principais	37
8.2 Principais resultados dos Sistemas Secundários	40
8.3 Principais resultados do CRA	40
8.4 Assuntos chave e recomendações	41
8.4.1 Assuntos chave.....	41
8.4.2 Recomendações.....	41
9. ÁGUA RURAL.....	42
9.1 Objectivos e metas	42
9.2 Principais resultados de água rural	42
9.3 Assuntos chave e recomendações	45
9.3.1 Assuntos chave.....	45
9.3.2 Recomendações.....	45
10. VIH/SIDA NO SECTOR DE ÁGUAS.....	46
10.1 Contexto e definições	46
10.2 Estratégias nacionais de combate ao VIH & SIDA e o Sector.....	46
10.3. Os efeitos do VIH &SIDA no desempenho sectorial.....	47
10.4. Assuntos – chave e recomendações	47

SUMÁRIO

Metas do QAD

O sector de **água e saneamento** atingiu e superou a meta para água prevista no QAD 2010, mas não atingiu a meta do saneamento. Na água urbana, foram feitas 38.115 ligações domiciliárias e 226 fontanários, enquanto na água rural foram operacionalizadas 2.433 fontes dispersas e 25 sistemas do tipo I. A percentagem da população com acesso a água potável também mostrou um aumento de 5%, passando de 56% em 2009 para 61% em 2010, aumentando o número de pessoas com acesso a água potável para 13.571.590 milhões de pessoas. Por outro lado a percentagem da população com acesso ao saneamento teve um aumento modesto, passando de 43% em 2009 para 44% em 2010, aumentando o número de pessoas com acesso ao saneamento seguro para 9.863.427 pessoas. No quadro da descentralização o sector continuou a fazer capacitações a nível provincial, distrital e de posto administrativo, de modo a ajudar a implementação do PRONASAR, melhorar a eficácia do uso dos fundos descentralizados, melhorar os níveis de sustentabilidade dos serviços e também as capacidades de monitoria.

Execução financeira

A execução financeira do Orçamento de Investimento do sector desceu em 2010 (52% da dotação final) em relação a 2009 (68%), sendo apontadas como causas: (i) a tardia entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2010 (Maio), (ii) com a consequente descentralização tardia dos fundos para as províncias (Outubro/Novembro) e início tardio do *procurement* e (iii) dificuldade na colecta de informação sobre fundos Off-CUT (fora da Conta Única do Tesouro) geridos pelos parceiros.

A execução da componente interna atingiu os 91% da dotação final (99% em 2009), com 421,5 milhões de meticais, sendo 61% de execução centralizada e 39% de execução descentralizada, dos quais 16% executados pelas províncias e distritos. Esta constitui uma tendência decrescente dos orçamentos alocados anualmente ao sector. A execução da componente externa atingiu 48% da dotação final (64% em 2009), com 2.427,0 milhões de meticais, sendo 97% de execução centralizada e 3% de execução descentralizada, dos quais 2% pelas províncias e distritos.

A execução financeira global (2.848,5 milhões de meticais) é significativamente superior à apresentada no REO-Relatório de Execução Orçamental do Ministério das Finanças (1.483,4 milhões de meticais), presumindo-se que a diferença resulte principalmente da captura pela DNA de fundos externos que não transitaram pela CUT e não foram incorporados no REO.

Áreas de melhor desempenho

Os subsectores de água rural e urbana foram as áreas que tiveram o melhor desempenho em 2010. A área rural superou as metas. Planificou o alcance duma taxa de acesso de 56,6% através da operacionalização de 1.770 fontes, das quais 66 poços novos, 1.132 furos novos, reabilitação de 572 fontes dispersas e reabilitação de 31 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água do Tipo I. Construiu/reabilitou um total de 2.433 fontes dispersas, correspondendo a uma execução de 37,5% acima do plano anual, servindo 1.216.500 pessoas adicionais; e operacionalizou 25 Pequenos Sistemas de Água do Tipo I, servindo 438.200 pessoas adicionais. Este desempenho elevou a cobertura de 54% em 2009 para 59,6% em 2010. As principais causas desse sucesso, estão associadas aos fortes investimentos internos (descentralizados) e de projectos que estão a acontecer em todas as províncias, uma relativa melhoria do processo de recolha de dados que permitiu a captura de realizações feitas pelas OCBs, ONGs locais e também ao efeito de sectores como Agricultura,

Acção Social e INGCC que desenvolveram acções nas zonas áridas e semi-áridas que culminaram com intervenções em PSAA.

Na área urbana, o desempenho foi melhor nos sistemas principais, pois a maioria dos sistemas secundários ficou sem investimentos. As 38.115 ligações e 226 fontanários realizados em 2010 permitiram uma elevação da taxa a uma média de 5,4 % ao ano desde 2005, passando de 37% em 2005 para 64% em 2010. Este sucesso deveu-se a execução em 100% dos contratos das obras nos Sistemas de Abastecimento de Água nas Cidades de Maputo, Matola, Boane, Xai-Xai, Chokwé, Inhambane, Maxixe, Beira, Dondo, Chimoio, Gondola, Manica, Quelimane, Nampula, Cuamba, Lichinga e Pemba.

Áreas de fraco desempenho

As áreas de **saneamento e de recursos hídricos** tiveram desempenho bastante fraco. As razões associadas ao fraco desempenho são a falta de recursos financeiros, irrealismo na planificação, a estratégia de implementação que coloca o indivíduo no centro da construção (no caso do saneamento) e o facto de algumas das obras serem de médio prazo, sendo o seu desempenho difícil de ser avaliado no decurso das obras.

O **saneamento** previa uma subida da cobertura nacional de acesso às infra-estruturas de saneamento de 43% em 2009 para 47% em 2010. Dado ao fraco desempenho de todo subsector, este indicador teve uma modesta subida de 1% terminando o ano 2010 em 44%. A taxa nacional de uso em 2008 situava-se em 19% contra 12,5% em 2004. A taxa nacional de uso do saneamento rural tem evoluído a 0,5% ao ano, situando-se em 4% em 2004 e 6 % em 2008. No **saneamento rural** foram construídas um total de 278.577 latrinas de qualquer tipo. Destas, 34.083 foram latrinas melhoradas e representam a realização de 60.3% das 56.560 planificadas no PES 2010. As restantes 244.494 latrinas resultaram da implementação da abordagem do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS), das quais 69.195 são latrinas tradicionais melhoradas e 175.299 são latrinas tradicionais.

Em relação ao **saneamento urbano** foram construídas 3.373 latrinas melhoradas contra as 12.030 planificadas, que é um desempenho de 28%. Destacam-se o projecto de reabilitação e expansão do sistema de drenagem de águas pluviais e residuas da cidade da Beira e as obras de drenagem do Estádio Nacional do Zimpeto, cujo desempenho foi de 61%.

Os **recursos hídricos** têm um plano que previa a reabilitação, expansão e modernização de 56 estações hidroclimatológicas, a construção de 22 piezómetros para o monitoramento da quantidade e qualidade da água subterrânea, construção e reabilitação de 80 barragens e uma série de estudos hidrológicos. Do plano inicial de 56 estações planificadas, foram reabilitadas e ou modernizadas 42 estações a nível nacional, o que corresponde a uma realização de 78,6%. Este nível de desempenho foi influenciado pela ARA Centro-Norte que reabilitou apenas 3 das 12 planificadas, correspondendo a 25% de desempenho e pela ARA Norte que reabilitou/modernizou 11 estações hidroclimatológicas das 14 previstas (78,6%). A baixa realização da ARA Centro-Norte deveu-se a não alocação de fundos do OE, o que dificultou a aquisição dos equipamentos e materiais para a realização desta actividade. Os 22 piezómetros foram construídos em 100%.

No quadro da promoção da construção de 80 pequenas barragens, é de salientar a conclusão das obras de reabilitação de 5 pequenas barragens e a execução em 50% dos de 3 reservatórios escavados e a conclusão da pequena barragem de Inhamissua. Outras barragens estão em diferentes estágios de estudos o que dificulta fazer uma avaliação definitiva. Mas o problema mais importante é a falta de recursos financeiros para a implementação das obras hidráulicas, que é uma das principais razões do fraco desempenho deste subsector.

Principais lições aprendidas

As principais lições desta análise incluem:

- Os processos de reformas institucionais, tais como o início da implementação do PRONASAR e da AIAS, trouxeram no sector desafios de organização que atrasaram a implementação das actividades de 2010.
- É preciso desenhar uma estratégia de descentralização definindo etapas e resultados a curto médio e longo prazo para garantir a sustentabilidade e mitigação dos riscos.
- A descentralização de fundos para o nível provincial é um exercício que produz resultados visíveis, mas também requer mais capacidades, melhor definição dos processos e produtos ao nível recipiente e de um acompanhamento adequado.
- A ligação entre os processos de planificação, orçamentação e prestação de contas precisam de mais aperfeiçoamento ao nível dos departamentos de planificação da DNA, das DPOPHs e dos distritos.
- Dificuldade na aplicação correcta dos procedimentos de desembolso.

1. INTRODUÇÃO

O relatório de avaliação de desempenho do sector de águas pretende ser o mais importante documento de referência para avaliar o desempenho do sector de água em Moçambique. Fornece um resumo sucinto dos investimentos, metas, realizações e resultados. O relatório inclui dados e análises no que diz respeito ao acesso, a funcionalidade e a equidade do abastecimento de água e saneamento, higiene e estratégias de sustentação dos investimentos. O relatório inclui informações essenciais sobre os esforços para garantir a prestação continuada dum serviço de água e saneamento cada vez melhores.

Este é o primeiro relatório de avaliação de desempenho do sector de águas de Moçambique. Desenvolveu-se como parte da componente analítica do Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento (SINAS), e apresenta uma análise detalhada do estado e desempenho do sector no ano fiscal 2010/11. Este relatório baseia-se no quadro de avaliação do desempenho do sector de águas que vem sendo desenvolvido como parte das reformas do sector de águas. Essas reformas têm em vista melhorar a eficácia fiscal e física e permitem que as metas sejam atingidas com maior eficácia. Com o tempo, a abordagem sectorial para a planificação, execução, relatórios e prestação de contas tem vindo a progredir.

Em 2003, o Governo Moçambicano iniciou um trabalho inter-governamental intensivo para desenvolver um quadro comum de avaliação de desempenho (QAD) que capta as prioridades do Governo em todas as áreas do PARPA e pode servir como uma base comum de diálogo e acompanhamento com os Parceiros de Apoio Programático (PAPs). Além disso, o Governo promoveu o Balanço do PES em 2003, para que pudesse mais efectivamente ser utilizado como um instrumento para acompanhamento da implementação do PARPA, incluindo as prioridades do QAD.

Entre 2004-2009, o sector foi contratando consultores para produção de relatórios financeiros, em reforços aos Balanços do PES, para ajudarem na revisão conjunta do sector de águas. Em 2010, a DNA introduz este relatório de avaliação do desempenho do sector, como uma ferramenta de prestação de contas mais integrada e mais analítica que o Balanço do PES. O relatório foi produzido pelo SINAS, contando com uma equipa de seus profissionais e de PAPs que trabalhou diligentemente na compilação dos diferentes relatórios, de modo a dar uma informação de qualidade. A estrutura é preliminar, necessitando de melhorias significativas nas próximas edições.

O relatório está estruturado de modo que seja de fácil leitura. Inclui todos os subsectores, indicadores, finanças, quadro institucional, Gestão de Recursos Hídricos, Abastecimento de Água Urbano, Saneamento Urbano, Abastecimento de Água Rural, Saneamento Rural, VIH/SIDA e a Revisão Conjunta do Sector de Águas. Com excepção da análise dos indicadores, finanças, quadro institucional e Revisão Conjunta que trazem os aspectos mais específicos, cada um dos outros capítulos fornece uma visão geral dos seguintes elementos: os objectivos e metas 2010, principais resultados, assuntos chave e recomendações. Os indicadores de ouro, que formam o núcleo da estrutura da avaliação do desempenho, são apresentados nos capítulos respectivos. Esta estrutura destina-se a levar o leitor através de uma progressão lógica a partir dos planos, actividades e resultados da análise. As recomendações são feitas para cada componente.

2. ANÁLISE DOS INDICADORES

2.1 Quadro de avaliação de desempenho

O Plano Quinquenal do Governo para o quinquénio 2010-2014 estabelece as seguintes metas:

- Aumentar a provisão e acesso a água potável nas zonas rurais e vilas para 69% no ano de 2014, servindo a 13,5 Milhões de habitantes das zonas rurais e para 70% dos habitantes das zonas urbanas servindo a 4,0 Milhões de pessoas adicionais;
- Aumentar a provisão dos serviços de saneamento para 48% em 2014, nas zonas rurais servindo a 8 Milhões de pessoas e para 80% nas zonas urbanas, servindo a 7 Milhões de pessoas; e
- Promover a construção de sistemas de retenção e conservação de água.

O PQG orienta os objectivos do PARPA que a partir de 2004 vem sendo avaliado conjuntamente com os PAPs utilizando indicadores comuns seleccionados, através do quadro da avaliação do desempenho (QAD). Com a extensão do PARPA II, o sector elaborou uma proposta de indicadores de resultado e de produto que guiam a elaboração e avaliação dos PES, mas não foi aprovada ainda. A tabela 1 apresenta os indicadores nacionais de acesso a água e de infra-estruturas de saneamento conforme o QAD.

Tabela 1 – Tabela de indicadores de água e saneamento segundo o QAD

Pilar/Área	Indicador [Fonte de Verificação]	Atingido em 2008	Atingido em 2009	Meta 2010	Real 2010	Pontuação	Nº Indicador
Água e Saneamento	% da população com acesso a água potável [Relatórios Anuais da DNA]	51%	56%	59.2%	61%	Atingida	26a
	% da população com acesso a serviços de saneamento adequado [Relatórios Anuais da DNA]	43%	43%	47%	44%	Não Atingida	26b

A meta do Abastecimento de Água foi alcançada, pois o sector conseguiu atingir os 61% a nível nacional, contra os 59,2% planificados. A maior razão disto é que quer na água rural, quer na água urbana tem havido investimentos significativos. A água rural duplicou a sua capacidade anual de operacionalização das fontes dispersas, passando das 1200-1500 fontes observadas até 2006 para uma média anual de 2.350 fontes; o mesmo tendo acontecido nos sistemas principais de abastecimento de água urbana, onde fazem perto de 40 mil ligações por ano desde que todos investimentos foram realizados, ao mesmo tempo que o número de fontanários construídos aumentou para mais de 200 por ano. Mas o impacto dos fontanários tem sido questionado, quer na programação dos investimentos sobre o acesso (500 pessoas por fontanário)¹ quer na preferência dos utentes.

¹ Vide também: CRA “Avaliação de Satisfação dos Consumidores: Abastecimento de Água na Aglomeração de Maputo” – Sal, 2006; INE (2008), Multiple Indicators Cluster Survey (MICS); WSP (2010) - Avaliação da Cobertura por fontanários nas áreas peri-urbanas do Grande Maputo, Dezembro de 2010.

O Saneamento está ainda muito longe – 44%, devido fundamentalmente ao saneamento rural que apresenta níveis de usos muito baixos (6% em 2009 – MICS 2008). Investimentos na área de promoção da higiene, promoção do sector privado local e em programas de fazer melhorar as latrinas na área rural são ainda necessários.

Os indicadores estabelecidos pelo QAD (tabela1) avaliam o desempenho do sector a nível nacional e não capturam todas outras actividades do sector de águas. Isto traz uma ideia mais macro e não facilita o estabelecimento duma relação directa entre a execução financeira e os resultados. Por isso o SINAS introduziu em 2007/8 uma série de discussões que levaram a produção duma lista de indicadores de Água e Saneamento Rural, que foram designados e aprovados como indicadores dourados². Depois desse processo, o SINAS convidou a todos outros departamentos da DNA a elaborarem os seus indicadores dourados.

2.2 Indicadores dourados do sector

Este relatório faz avaliação dos indicadores dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural (ASR) mas também introduz a discussão dos indicadores de todos outros subsectores, ou seja, de Abastecimento de Água e Saneamento Urbano (ASU) e os da Gestão de Recursos Hídricos (GRH). A diferença na quantidade de dados conseguidos reflecte as diferenças na maturidade do processo em cada subsector.

2.2.1. Indicadores de dourados do subsector de ASR

Tabela 2. Indicadores de Ouro para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural

Indicador	Definição	Resultados						Metas		
		05	06	07	08	09	10	11	12	15
Tempo para Buscar água	% de agregados familiares que gastam menos do que 30 minutos por dia a ir buscar água.				52,7					40
Acesso	% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada dentro de 500 metros.	41	42,1	43,2	48,5	51,8	54	59,6	64,3	70
Uso	% da população rural que usa fontes melhoradas*.	24,8	26,5	28,3	30					
	% da pop. que usa instalações sanitárias melhoradas*.	4,5	5,0	5,5	6,0					
Operacionalidade	% de fontes de água em funcionamento.	71,9	72,4	74,9	79,3	83,2	88,5	87,9		
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Nº de fontes de água novas e reabilitadas/ano.	1.207	1.563	2.442	2.604	2.135	2.433	2.708	3.681	3.681
	Nº de PSAA novos e reabilitados por ano.	8	6	38	6	4	52	40		
	Nº de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano.					507	316			
	Nº de latrinas melhoradas construídas por ano.					16.406	34.083	78.090		
	Nº de latrinas tradicionais construídas por ano.						175.299			
	Nº de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano.						69.195			
Sustentabilidade	Nº de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano.				38	151	280			
	Nº de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano.						18			
Investimento	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar.									
	Rácio da redução das actividades do	-	1.1	1.3	1.7	-	1.4			

² Estes indicadores são a principal ferramenta de monitoria e avaliação do Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR).

Indicador	Definição	Resultados						Metas		
		05	06	07	08	09	10	11	12	15
	AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD.									
	% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental.									
	% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do <i>procurement</i> público.					31				
Género	% de comités de água com mulheres em posição de chefia.									
Equidade	% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.				13					
	% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre.									

* Valores intermédios obtidos por aproximação pela divisão da taxa de crescimento pelo número de anos.

A situação de cada um dos indicadores se descreve a seguir.

Tempo para busca de água. O tempo para a busca de água é definido como o tempo em minutos, necessário para ir buscar a água e voltar a casa, incluindo o tempo de espera na fonte. Dados do Inquérito sobre Indicadores Múltiplos realizado em 2008 mostram que em média as pessoas precisam de 48,7 minutos para buscar a água, sendo de 52,7 minutos nas zonas rurais e de 37,1 minutos nas zonas urbanas.

Acesso a água rural. Para o abastecimento de água o acesso é definido com a percentagem de pessoas que têm a sua disponibilidade uma fonte de água segura. As taxas de acesso na zona rural evoluíram de 41% em 2005 para 59,6% em 2011, correspondendo a um crescimento anual de 3,7%. Essas taxas têm sido calculadas com base na Política de Águas de 2007, que especifica um nível mínimo de serviço de abastecimento de água rural de uma fonte equipada com bomba manual para 500 pessoas, e uma disponibilidade de 20 litros por pessoa por dia; e com base no artigo 81 do Regulamento dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Moçambique, que diz que o número de torneiras de uma rede de fontanários deve ser calculado de modo a que cada torneira abasteça no máximo 250 pessoas/torneira/dia. Taxas de ligações domiciliárias consideram que uma ligação abastece a 5 pessoas (média nacional do agregados familiares). Estudos realizados em diferentes partes do país e os inquéritos realizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) têm mostrado que os parâmetros de 500 pessoas por fonte, da PA, estão desajustados³. Esta realidade fez com que, a DNA e seus parceiros iniciassem no ano passado discussões que levarão a adopção de novos parâmetros.

Em relação ao saneamento o acesso é também definido em função das infra-estruturas, isto é, o número de pessoas que têm a sua disponibilidade uma infra-estrutura de saneamento segura. Segundo a PA o nível mínimo aceite é a latrina melhorada, contudo outras opções poderão ser consideradas de acordo com a realidade local. Actualmente não existem dados sobre as taxas de acesso para cada província.

Uso de água rural. O parâmetro de uso é relativamente recente na medição das actividades do sector de águas e reflecte essencialmente a provisão do serviço do lado do utente. É definido com a percentagem de pessoas que tendo acesso, fazem uso efectivo das infra-estruturas e serviços de abastecimento de água e saneamento a sua disposição. Dados do QUIBB 2004 e do MICS 2008, indicam que a proporção de pessoas

³ Este desajuste faz com quem alguns Distritos e Cidades tenham taxas de acesso superiores 100% quando de facto ainda há necessidade de investimentos em infra-estruturas de água.

usando fontes seguras nas zonas rurais, tem crescido a um ritmo de 1.75% ao ano, passando de 23% em 2004 para 30% em 2008. A média nacional nesse mesmo período saiu de 36% em 2004 para 43% em 2008.

Em relação ao **saneamento** a taxa total de uso em 2008 situava-se em 19% contra 12,5% em 2004. Nas zonas rurais em 2004 a taxa foi de 4% sendo de 6 % em 2008. O desempenho da componente rural é penalizado pelo facto de se considerar como nível mínimo de serviço a latrina melhorada. A recente introdução do Saneamento Total Liderado pela Comunidade impulsionou bastante a construção de latrinas tradicionais melhoradas que a serem consideradas no quadro da abordagem do saneamento seguro poderá haver uma reversão do actual quadro⁴.

Operacionalidade. A operacionalidade tem uma relação desconhecida com a taxa de acesso e é definida como o número de infra-estruturas, principalmente de água, que estão operacionais no final de cada ano. A taxa de operacionalidade das fontes dispersas aumentou de 71,9% em 2004 para 87,9% em 2010. Este incremento da operacionalidade resultou da combinação dos seguintes factores:

- Implementação de actividades de Participação e Educação Comunitária de âmbito zonal;
- Descentralização de fundos (de investimento e de funcionamento) para as DPOPHs e para os Distritos;
- Capacitação técnica e humana das DPOPHs e dos Distritos;
- Melhorias no processo de manutenção descentralizada das fontes.

Infra-estruturas construídas e reabilitadas. O indicador infra-estruturas construídas e reabilitadas é medido uma vez ao ano, a 31 de Dezembro e visa medir o progresso do sector em relação as metas físicas estabelecidas no PES desse mesmo ano. Em 2010 foram construídas 2.433 fontes, das quais 993 foram reabilitações (40,3%), 61 poços novos (2,5%) e 1.392 furos novos (57,2%). Durante cerca de dez anos, esta tendência tem-se mantido. As reabilitações representaram uma média de 40,7% dos esforços sectoriais entre 2000 – 2010 e o número de poços construídos não tem ultrapassado os 3% por ano. Importa realçar que de 2000 - 2010 a capacidade de construção aumentou em média 20%, com um máximo de construção de 2.442 fontes em 2007 e um mínimo de 624 fontes no ano 2000. O objectivo sectorial é atingir as 3.681 fontes por ano entre 2012 - 2015. Se a proporção de fontes a reabilitar se mantiver ao nível actual, isto implicará que pelo menos 0,5 milhão de pessoas anteriormente servidas deverá ser atendida, de novo, em cada ano.

Nos **Pequenos Sistemas** as metas do PES 2010 não foram atingidas (80,6% de execução), mas mesmo assim o desempenho pode ser considerado excepcional, quando comparado ao dos anos anteriores. Das 39 intervenções planificadas, 24 eram reabilitações, 7 construções e 8 estudos. Deste plano, 19 foram reabilitados e 6 foram construídos. Nos restantes 14 sistemas foram elaborados os projectos executivos, estando na sua maioria na fase de concursos. Este desempenho poderá ser extraordinário, pois entre 2005 – 2009, a média de operacionalização dos sistemas foi de cerca de 12 sistemas por ano, com o máximo de 38 em 2007 e um mínimo de 4 em 2009. Os factores de sucesso incluem o efeito de sectores com Agricultura, Acção Social e INGCC que desenvolveram acções nas zonas áridas e semi-áridas que culminaram com a construção/reabilitação destes PSAA.

No **saneamento rural** foram construídas um total de 278.577 latrinas de qualquer tipo. Destas, 34.083 latrinas melhoradas e representam a realização de 60.3% das 56.560 planificadas no PES 2010. As restantes

⁴ Tal como para o Abastecimento de Água foi iniciado em 2009 um processo de revisão dos parâmetros para o cálculo da taxa de acesso e de uso de serviços de saneamento seguros.

244.494 latrinas resultaram da implementação da abordagem do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS), das quais 69.195 são latrinas tradicionais melhoradas e 175.299 são latrinas tradicionais. Ainda pelo CLTS, o número de aldeias declaradas livres do feccalismo a céu aberto aumentou em 129, tendo saído de 151 em 2009 para 280 em 2010.

A recolha de dados de saneamento e particularmente sobre as escolares é ainda deficitária, mas registou algumas melhorias. Espera-se que com maior envolvimento dos Chefes de Posto Administrativo na monitoria das actividades de ASR haja uma melhoria significativa na qualidade da informação recolhida.

A **sustentabilidade** é definida como o número de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano. Este indicador é novo e tem sido usado para medir o Projecto ÚNICEF 1 Milhão em 18 distritos de Manica, Tete e Sofala onde este está sendo implementado. Por essa razão é difícil atestar se a definição para as outras províncias é a mesma, pois os dados disponíveis medem a operacionalidade. Pelos dados disponíveis conclui-se que a taxa nacional de operacionalidade tem crescido a 3,2% ao ano, tendo sido de 71,9% em 2005, situando-se em 87,9% em 2010.

A medição do fornecimento de peças sobressalentes e da operacionalidade poderá ser um exercício a reflectir no futuro, pois uma boa taxa de sustentabilidade deveria resultar em altos níveis de operacionalidade, e baixa sustentabilidade causa baixa operacionalidade. A monitoria da sustentabilidade de fontes dispersas é muito mais difícil que a monitoria da operacionalidade, e a taxa de funcionalidade é muito bom indicador da sustentabilidade global.

Entre os indicadores de **investimento**, apenas dois foram avaliados: o rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD e a percentagem da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do *procurement* público. A evolução destes indicadores tem sido lenta mas satisfatória. Actualmente, o rácio de actividades realizadas fora do plano é de 1.4 e apenas 31% da ajuda usa o sistema de *procurement* público.

O **género** e a **equidade** foram escolhidos como indicadores da **equidade**. Até agora não foi possível recolher o indicador do género, que é a percentagem de comités de água com mulheres em posição de chefia. Estima-se que 13% dos agregados familiares residindo em áreas pobres têm acesso à água e aos saneamentos seguros.

2.2.2. *Indicadores dourados do subsector de ASU*

Os indicadores que serão apresentados a seguir não tiveram um acordo formal, prévio, entre os intervenientes do sector de águas. Estes indicadores dourados foram elaborados no âmbito da expansão do SINAS e compreendem as subséries de impacto, processo e de eficiência e estão em discussão ainda. Por isso, é provável que os mesmos gerem algum tipo de desaprovação que deverá ser entendida como parte do processo.

Tabela 3. Indicadores de Ouro para o Abastecimento de Água e Saneamento Urbano

Indicador	Definição	Resultados							Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	15
Incidência doenças de origem hídrica.	Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período									
Acesso a fontes de água.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade uma fonte de água segura		36,5	38	40	50	60	64		70
Uso de fontes de água.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade uma fonte de água segura e usam-na	66	67,3	68,7	70					
Acesso a serviços de saneamento.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade um serviço de saneamento seguro.	48,1	47,7	47,3	53,1	52,6	51,6			
Usos de serviços de saneamento.	% de pessoas que tem a sua disponibilidade um serviço de saneamento seguro e usam-no.	34	38,3	42,7	47					
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Poços e furos equipados com bombas manuais construídos e reabilitados									
	Fontanários públicos construídos	146	184	169	599	380	226			
	Ligações domiciliárias estabelecidas	10.181	11.300	12.660	13.307	35.144	38.115			
	Grau de execução de contratos de reabilitação e expansão de grandes sistemas									
	Latrinas melhoradas construídas num determinado espaço de tempo.					6.793	5.234			
	Casas de banho construídas e ligadas a rede de esgotos									
	Casas de banho construídas e ligadas a fossas sépticas									
Eficiência	Porcentagem de perdas de água	<55	50	45	40	35				
	Continuidade do fornecimento de água	>19			19	18	20			

O comportamento dos indicadores de água e saneamento urbano comportaram-se como se descreve a seguir.

Acesso. O cálculo do acesso a água urbana é feito da mesma forma que na água rural. A taxa de acesso cresceu a uma taxa média de 5,4 % ao ano desde 2005, passando de 37% em 2005 para 64% em 2010.

Uso. Segundo o INE a percentagem de pessoas que usa água na área urbana cresceu a uma taxa de 1.0% ao ano, tendo por isso saído dos 66% em 2004 (QUIBB) para 70% em 2008 (MICS). O saneamento urbano cresceu a uma taxa de 3.3% ao ano partindo de 34% para 47% no mesmo período.

Infra-estruturas construídas e reabilitadas. Em 2010 foram estabelecidas 38.115 ligações domiciliárias contra as 28.500 planificadas, foram construídos e reabilitados 226 fontanários públicos contra 141 planificados. Em relação ao saneamento urbano foram construídos 3.373 latrinas melhoradas contra os 12.030 planificados. No respeitante ao indicador relativo a execução dos contratos, as obras nas Sistemas de Abastecimento de Água nas Cidades de Maputo, Matola, Boane, Xai-Xai, Chokwé, Inhambane, Maxixe Beira, Dondo, Chimoio Gondola, Manica, Quelimane, Nampula, Cuamba, Lichinga e Pemba foram executadas em 100%. Na componente de saneamento, destacam-se o projecto de reabilitação e expansão do sistema de drenagem de águas pluviais e residuas da cidade da Beira e as obras de drenagem do Estádio Nacional do Zimpeto, cujo desempenho foi de 61%.

Eficiência. A eficiência dos sistemas é medida pelo número de horas de serviço e pela percentagem de perdas totais no sistema, isto é, a relação entre a água tratada e a que é distribuída. Em relação às horas de serviço houve uma evolução nos sistemas das cidades capitais de uma média de 18 para 20 horas. Uma avaliação

realizada pelo WSP 2009 em 8 sistemas mostrou uma média de pouco mais de 15 horas por dia, mas o sector está consciente de que a maioria dos sistemas poderá ter médias ainda mais baixas.

Tabela 4a- Melhoria dos serviços nos Sistemas FIPAG

Indicadores	2000	2005	2008	2009
Perdas de Água	> 60%	55%	40%	35%
Horas de Distribuição	<15	<19	19	21
Cobranças	<	65%	> 80%	> 80%
Gestão Delegada	5 Cidades	9 Cidades	14 Cidades	18 Cidades

Fonte: FIPAG 2010

Tabela 4b - Número de horas de distribuição

Vila/ Município	# Dias de serviço/semana	# Horas de fornecimento
Magude	ND	11
Manhiça	7	10
Massingá	7	24
Quissico	7	24
Namaacha	3-4	6-9
Nametil	ND	ND
R. Garcia	ND	ND
Vilankulo	7	16

Fonte: WSP 2009

Nos sistemas sob gestão delegada do FIPAG o valor médio das perdas totais saiu de mais de 60% em 2000 para 35% em 2009. O relatório da AdeM de 2010 mostra que o sistema do grande Maputo tem tido perdas totais a volta dos 50%. Isto sugere que existem outros sistemas com níveis de perdas ainda maiores.

2.2.3. Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos

Para gestão de recursos hídricos ainda não há indicadores formalmente estabelecidos, contudo a tabela 5 apresenta os principais indicadores propostos (tabela 5).

Tabela 5. Indicadores de Ouro para a Gestão dos Recursos Hídrico

Indicador	Definição	Resultados							Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	15
População afectada por eventos extremos	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período									
Nível de armazenamento	Quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada.									
Estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas	Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano.					54	42			
Infra- estruturas de retenção construídas e reabilitadas	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano									
	Número de barragens médias construídas por ano num dado período									
	Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano.						5			
	Número de represas construídas e reabilitadas por ano.						2			

2.4 Assuntos chave e recomendações

2.4.1 Assuntos chave

- O sector já seleccionou um leque variado de indicadores para medir o desempenho do sector, contudo o elevado número proposto, cerca de 20, pode levar a uma dispersão de esforços para a sua recolha e análise.
- Indicadores de saneamento estão pouco representados quando comparados com os de água.

- Idealmente as taxas de acesso e de uso precisam de mais aprofundamento.
- Em todas tabelas de indicadores há ainda uma escassez de dados em relação a muitos dos indicadores, o que dificulta a realização duma análise mais profunda.

2.4.2 Recomendações

- Para melhorar a eficácia no processo de avaliação de desempenho, recomenda-se que o sector escolha um máximo de 10 indicadores dourados que cubram o abastecimento de água, o saneamento e a gestão de recursos hídricos, pelos quais o desempenho do sector será medido.
- Dado que a única via de medir os indicadores do saneamento é através de inquéritos aos agregados familiares, o sector deverá analisar com o INE a possibilidade de realização de estudos específicos em períodos mais curtos. Esse período corresponderá ao período de validade desse indicador.
- Melhorar a definição dos indicadores e desenvolver modelos de relatórios para o abastecimento de água e saneamento urbano e para a gestão de recurso hídricos.
- Continuar com o processo de revisão dos parâmetros de cálculo das taxas de acesso e de uso de fontes de água e saneamento.

3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS

3.1 Quadro institucional

O MOPH é o organismo do Governo com a autoridade sobre as obras públicas e gestão dos recursos hídricos, que dirige e controla superiormente as actividades do sector de Águas. A Direcção Nacional de Águas (DNA) é o órgão do MOPH responsável pelo abastecimento de água potável às populações, pelo saneamento e pela gestão dos recursos hídricos. A DNA é actualmente constituída por seis departamentos e três gabinetes⁵ (figura 1).

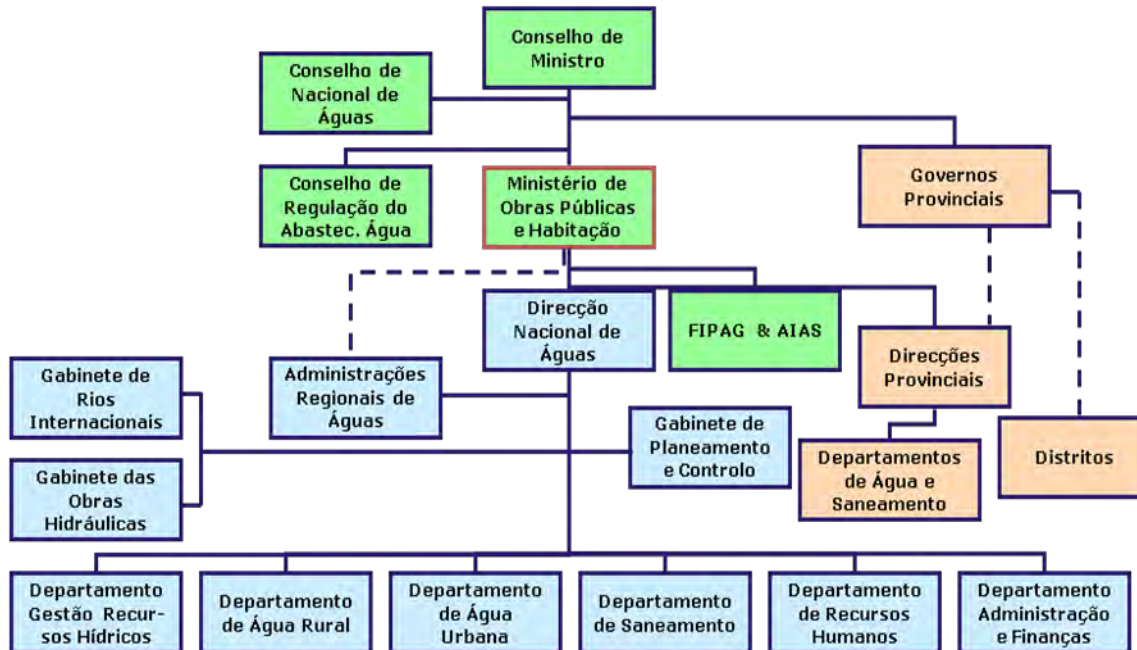


Figure 1 – Organigrama do sector de águas de Moçambique

Conselho Nacional de Águas - É o órgão consultivo do Conselho de Ministros e de coordenação interministerial encarregado de se pronunciar sobre aspectos relevantes da política geral de gestão das águas e zelar pelo seu cumprimento.

Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA) – O CRA é uma entidade de direito público, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Pelo Decreto 74/98 de 23 de Dezembro e Decreto 18/2009 de 13 de Maio, é responsável por conciliar os interesses dos utentes dos serviços públicos de abastecimento de água e o operador dos sistemas primários e secundários, assegurando o equilíbrio entre a qualidade do serviço prestado e a sua adequação aos interesses dos utentes e a sustentabilidade económica dos sistemas de abastecimento de água. Esse mandato foi alargado aos sistemas de drenagem de águas residuais.

⁵ Departamentos de Gestão dos Recursos Hídricos, de Água Urbana, de Água Rural, de Saneamento, de Administração e Finanças e de Recursos Humanos. Gabinetes dos Rios Internacionais, de Obras Hidráulicas e de Planeamento e Controlo.

Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) - O FIPAG é o órgão responsável por gerir o património e o programa de investimento público nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados, promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade económica e acompanhar a delegação da gestão dos sistemas de abastecimento de água a operadores privados. Foi estabelecido em 1998, através dos Decretos 72/98 e 73/98 (23 de Dezembro de 1998). O Decreto no 18/2009 de 13 de Maio atribui ao FIPAG a responsabilidade de investir e assegurar a operação dos sistemas principais de abastecimento de água, que servem os centros urbanos cuja população representa cerca de 80% da população urbana.

Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) – Pelo Decreto nº 19/2009 de 13 de Maio, foi criada a AIAS, e os Conselhos Provinciais de Água e Saneamento (CPAS), para tomar responsabilidade para o abastecimento de água nas áreas urbanas secundárias (20% da população urbana), e pelos sistemas de drenagem de águas residuais em todas as áreas urbanas, mas sem obrigação de recuperar os custos capitais. O mesmo Decreto prevê a criação pelos Governos Provinciais de entidades para exercer funções delegadas da AIAS ao nível provincial.

Administração Regional de Águas (ARA) – Criadas pelo Decreto 26/91 de 14 de Novembro as ARAs são responsáveis pelo desenvolvimento e a gestão operacional dos recursos hídricos, em todo o país. São 5 Administrações Regionais de Águas: ARA-Sul, ARA-Centro, ARA-Zambéze, ARA-Centro-Norte e ARA-Norte. Actualmente, apenas a ARA-Sul está totalmente operacional, sendo as outras em várias etapas do seu desenvolvimento. Cabe às ARAs assegurar a disponibilidade de água (superficial bem como subterrânea) em quantidade e qualidade suficientes e a sua atribuição aos seus vários utentes. A água para o consumo humano sempre tem prioridade. Para custear a operação, manutenção e gestão (OMG) e uma parte dos investimentos em infra-estruturas, as ARAs vendem água bruta aos utentes, a tarifas fixadas periodicamente pelo Governo.

Gabinete de Planeamento e Controlo (GPC) - Tem a função de planificar, monitorar e controlar os programas de desenvolvimento no sector. É responsável pelo planeamento estratégico e de investimentos de curto e médio prazos dos níveis central, provincial e distrital. Com o desenvolvimento do SINAS, o GPC recebeu novo desafio de tornar-se o centro de informação sectorial de excelência.

Gabinete dos Rios Internacionais (GRI) - Promove, facilita e coordena a cooperação no domínio das águas entre Moçambique e outros Estados, nomeadamente, aqueles que com Moçambique partilham as bacias internacionais.

Gabinete de Obras Hidráulicas (GOH) – Promove a construção de obras hidráulicas, coordenando e supervisionando as actividades dos outros actores e mobiliza os respectivos financiamentos.

Departamento de Gestão de Recursos Hídricos (DGRH) - É a entidade dentro da DNA responsável pela gestão global dos recursos hídricos bem como pela coordenação e supervisão das actividades de todos intervenientes no processo.

Departamento de Água Rural (DAR) - Cabe a este departamento a missão de coordenar as actividades do sector tais como a elaboração de políticas do subsector, planos de acção periódicos e coordenação e supervisão de projectos á várias escalas. O Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) atribui ao DAR a responsabilidade de promover a equidade inter-provincial no acesso à água rural, melhoria significativa da assistência às Direcções Provinciais das Obras Públicas e Habitação (DPOPH) na elaboração de planos e orçamentos provinciais e na monitorar e supervisão e execução dos planos.

Departamento de Água Urbana (DAU) – É a unidade encarregue dos assuntos da água potável no assentamentos urbanos. No entanto, numerosas acções relativas ao abastecimento de água das vilas menores foram tradicionalmente da responsabilidade do Departamento de Água Rural (DAR) e só a partir do ano 2007 passaram para o DAU. Com o alargamento do Quadro de Gestão Delegada o DAU passou a ser o braço da DNA com a responsabilidade de planeamento estratégico, a monitoria, a definição de políticas gerais, a coordenação intersectorial e a supervisão do abastecimento de água aos centros urbanos.

Departamento de Saneamento (DES) – É a unidade da DNA responsável pelos assuntos do Saneamento urbano e rural. Com a aprovação de um programa nacional integrado água e saneamento rural (PRONASAR) e a criação da AIAS como entidade central responsável pelo saneamento, a função específica dum DES se parece mais com a do DAU. Enquanto as mudanças institucionais nos subsectores de água e saneamento rural são bastante similares no que respeita à definição e coordenação das políticas e estratégias, no caso do saneamento a planificação mais operativa e a gestão de recursos na fase de implementação deixam um maior papel às famílias, comparativamente com a água. Também é possível ver que no caso do saneamento ressalta o papel do Conselho Municipal, que por lei é responsável pelo saneamento na respectiva área de jurisdição.

Departamento de Recursos Humanos (DRH) – É o organismo que tem por função criar, manter e desenvolver um contingente de pessoas com habilidades, motivação e satisfação para realizar os objectivos do sector de águas. Actualmente esta unidade trabalha com assuntos transversais tais como os de VIH/SIDA e género.

Departamento de Administração e Finanças (DAF) – As responsabilidades deste departamento incluem a elaboração e execução de planos financeiros e a gestão do orçamento corrente e do património. O DAF e o GPC trabalham em cooperação com o Departamento de Planificação e Investimentos do MOPH, a Direcção Nacional do Plano e Orçamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento, DAF do MOPH, Contabilidade Nacional Pública e com o Tesouro do Ministério das Finanças.

A nível das Províncias a responsabilidade pelas actividades do sector é dos Departamentos de Água e Saneamento (DAS), dentro das **Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPH)**. Cada DAS tem um quadro técnico composto de alguns engenheiros e técnicos médios, que fazem as contratações e prestam apoio aos operadores dos sistemas de abastecimento e às actividades de saneamento na respectiva Província.

Além destas entidades governamentais, existem outras sob a tutela do MOPH com responsabilidades sectoriais, tais como a formação. Esta actividade vem sendo realizada há mais de 30 anos pelo **Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento (CFPAS)** que forma quadros e faz pesquisas aplicadas para o sector. Hoje, com a descentralização e a liberalização de muitas actividades anteriormente financiadas exclusivamente pelo estado, a situação é bem diferente. O CFPAS também precisa se adaptar a esta nova realidade, e já está a introduzir iniciativas para o efeito. Porém, a transição de entidade estatal de ensino para empreendedor num mercado competitivo ainda não foi feita. Do ponto de vista sectorial, não há dúvidas que existe uma necessidade crescente para capacitação a todos os níveis.

Os Governos Locais (Distritos e Municípios) - A lei Lei 8/03 reafirma a competência dos órgãos locais para realizarem investimentos no abastecimento e saneamento. Com efeito, especialmente os municípios maiores, fazem alguns investimentos na extensão da rede de distribuição de água, muitas vezes com fundos oriundos de projectos de melhoramento urbano. A descentralização de fundos de água rural desde 2007,

trouxe alguma dinâmica e maior responsabilização dos Governos Locais e os processos de planificação vão crescendo.

Comunidade - A comunidade é o primeiro cliente das actividades do sector de águas. Nas áreas rurais, as comunidades são responsáveis por exigir, fazendo contribuição em dinheiro para despesas de capital e operação e manutenção de abastecimento de água e saneamento. Uma comissão de usuários da água, muitas vezes referida como um Comité de Água e Saneamento (CAS) deve, idealmente, ser estabelecida em cada ponto de água. As opções de provisão das zonas urbanas incluem ligações domiciliárias, fontanários, compra do vizinho, fornecimento em tanques e bombas manuais. Por isso, prevalecem princípios de abastecimento distintos e várias formas de organização, desde os Comités de Água, Operadores Privados de fontanários, etc.

4. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO SECTOR

Este capítulo define o desempenho financeiro geral para o Sector de Águas e o exercício financeiro de 2009/10. Apresenta uma visão geral das dotações orçamentais, os fundos libertados e o montante gasto na execução das actividades do sector.

4.1 Gestão de finanças públicas

A planificação, orçamentação e gestão financeira do sector público são implementadas por intermédio do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), criado pela Lei 9/2002 de 12 de Fevereiro e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto n.º 23/2004, de 20 de Agosto. O Governo funciona ao abrigo de um sistema de planificação e orçamentação unificado. As actividades do Governo ao nível central, provincial e distrital estão inseridas no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento de Estado (OE) a ele associado. O PES consolida os planos sectoriais e provinciais que, cada vez mais, são elaborados com base nos planos distritais.

Para melhorar a exactidão e a inclusão da planificação distrital e provincial, as actividades relevantes das ONGs, do sector privado e outros têm sido captadas e incluídas nos planos, orçamentos, monitoria e actividades de prestação de contas. Isto requer procedimentos eficazes de recolha de dados, com base em monitoria regular, fluxos de informação e relatórios entre comunidades, distritos, províncias, DNA, Governo, parceiros de desenvolvimento e outros.

O PES e o OE do Governo reflectem as prioridades tal como definidas no Plano Quinquenal do Governo, que desde 2006 é operacionalizado por intermédio do PARPA II. Além disso, a elaboração tanto do PES como do OE têm em conta as projecções financeiras do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), que fornece o envelope financeiro a médio prazo para todos os programas do governo e faz a ligação entre os planos e orçamentos anuais e a médio prazo.

4.2 Execução financeira

O CFM 2008-2010 do sector previa uma dotação total de 4,5 mil milhões de meticais para o sector de águas em 2010. A soma dos recursos internos e externos nesse ano foi de 5,5 mil milhões de meticais, dos quais 51,8% foram executados. Dos 5,5 mil milhões de meticais de dotação final, 5,04 mil milhões foram recursos externos, representando 92% do total e os restantes 0,46 mil milhões, do Orçamento do Estado.

Dos 5,04 mil milhões de meticais de dotação do fundo externo o sector executou 2,43 mil milhões, isto é 48,19%, conforme se apresenta na tabela a seguir, por instituições (tabela 6).

Tabela 6 - Fundos Externos (On-Budget) para investimentos por instituição

Instituição	Dotação	Execução	%
- DNA	1.083.535.748,67	477.194.028,86	44,04
- FIPAG	2.487.113.173,73	1.888.627.105,63	75,94
- AIAS	929.706.765,00	-	0,00
- CRA	59.169.496,15	-	0,00
- ARA-Sul	300.778.700,00	1.830.042,90	0,61
- ARA-Centro	90.036.000,00	13.111.987,86	14,56
Províncias	86.413.150,00	46.256.578,99	53,53
Total	5.036.753.033,55	2.427.019.744,24	48,19

Continua a haver dificuldade na aplicação correcta dos procedimentos de desembolso, o que afecta a execução. A tendência da dotação mostra que o sector urbano (FIPAG, AIAS e CRA) recebeu 69,4%, a DNA 21,4%, os recursos hídricos 7,7% e as províncias 1,7%. A baixa execução dos fundos externos teve a ver com o desembolso tardio e procedimentos internos de alguns dos parceiros de cooperação. Os fundos ficaram disponíveis no terceiro trimestre ao nível central, e só ficaram disponíveis às províncias em Outubro/Novembro de 2010. Também contribuiu para uma baixa execução o fraco sistema de colecta de informação sobre fundos geridos a nível dos parceiros de implementação de projectos off-CUT.

Dos 0,46 milhões de meticais do Orçamento do Estado alocado ao Sector de Águas no exercício de 2010, foram executados 0,42 mil milhões de meticais, o que corresponde a uma execução de cerca de 91% (tabela 7).

Tabela 7 - Fundos Internos para Investimentos (OE) – 2010 por instituições

Instituição	Dotação	Execução	%
- DNA	128.870.903,85	89.582.679,73	69,51
- FIPAG	135.744.319,34	135.744.319,34	100,00
- AIAS	33.516.526,02	33.516.526,02	100,00
- CRA	-	-	
- ARA-Sul	94.075.737,86	94.075.737,86	100,00
- ARA-Centro	-	-	
Províncias	72.777.410,29	68.562.634,87	94,21
Total	464.984.897,36	421.481.897,82	90,64

O Orçamento de Estado de 2010 entrou em vigor em finais de Maio, na sua componente interna, por isso trabalhou-se praticamente todo o primeiro semestre com Orçamento reconduzido de 2009 (duodécimos mensais com base no orçamento de 2009). Esse atraso prejudicou também a boa execução financeira.

Da dotação alocada ao sector, 64% foi gerido a nível central (DNA, FIPAG e AIAS), e 36% foi descentralizado as províncias. O nível central executou 87%, enquanto as províncias e as ARAs executaram 97%. Importa referir que para 2010, a dotação da DNA incluía a dotação para a ARA Zambeze e ARA Norte. Não foi alocada nenhuma verba à ARA Centro-Norte, sendo por isso que esta usou fundos da DNA alocados à gestão de projectos e do fundo do ASAS.

4.3 Relação entre a execução financeira e o Balanço do PES

Na situação actual a análise da relação entre a execução financeira e balanço do PES torna-se difícil. A tentativa feita no Relatório de Execução Orçamental do Ministério das Finanças mostra claramente essa dificuldade. O REO conseguiu capturar apenas 52% das execuções de todos fundos. A necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de recolha de informação financeira a todos níveis, e a inexistência de preços unitários tipificados em todas categorias de despesas, aumentam essa dificuldade.

A produção de um furo, uma ligação domiciliária ou um fontanário continuam a não facilitar as estimativas. Uma breve análise dos subsectores do QAD (Água e Saneamento) mostra melhor essa dificuldade. Tomemos o exemplo de Água Rural.

A distribuição das despesas anuais do subsector de Água Rural parece bem-feita, pois 90% dos 206,47 milhões de meticais gastos em todo ano foram ou para construção de novas fontes (77% do total) ou para a reabilitação (14% do total). As actividades de PEC (4%), estudos (3%), fiscalização (3%) e da supervisão situaram-se em níveis recomendáveis (figura 2).

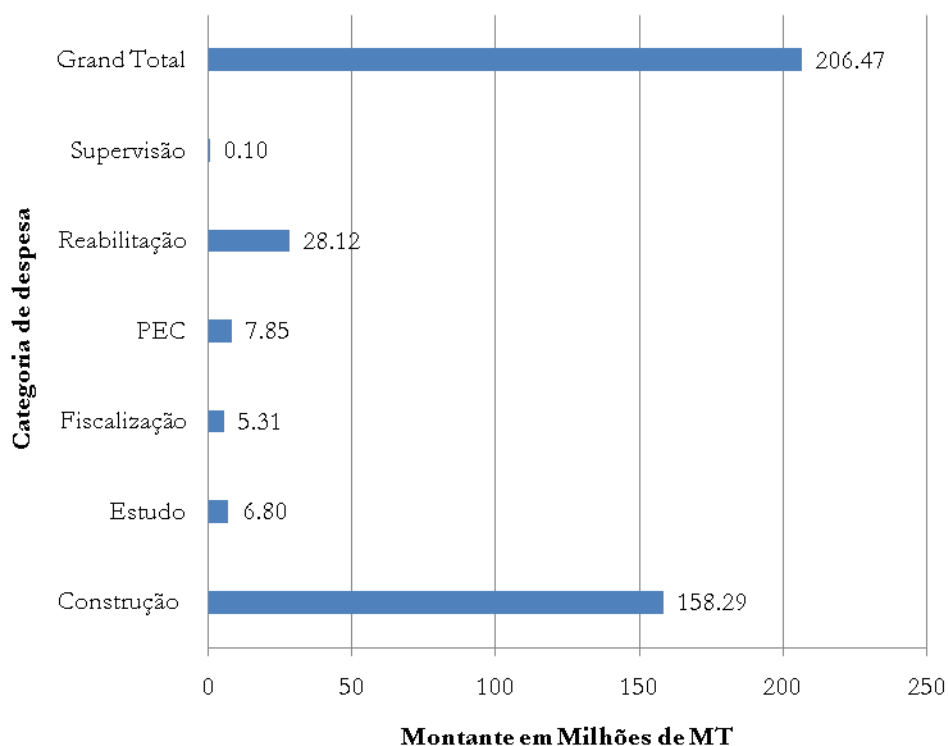


Figura 2 – Distribuição das despesas declaradas por categoria na água rural

Em contrapartida os custos unitários parecem demasiado baixos, o que nos remete ao efeito da fraqueza do sistema de recolha e compilação da informação financeira sectorial. Assume-se que os 158,29 milhões de meticais foram usados para construir 1.379 furos novos e 61 poços. Para simplificar, consideremos que os furos e os poços foram feitos utilizando o PEC-Zonal e que os custos unitários aplicados foram os calculados para o PRONASAR (US\$7.380, poço novo e US\$11.200, furo novo). Isto leva-nos a um custo total de

US\$15,89 milhões contra os US\$5,54 milhões⁶ reportados no relatório de execução financeira de 2010. Uma conclusão possível é de que pelo menos 10 milhões de dólares não foram capturados pelo sistema em 2010. Esses fundos poderão estar num circuito de ONGs, OCBs e outros executores, operando em pequenos projectos cuja contribuição tem sido reportada através do SINAS. Outra conclusão seria que o custo unitário médio dos furos baixaram para US\$3.700. Esta última possibilidade parece menos provável.

A situação do saneamento e de água urbana é bastante mais complexa e merece uma abordagem específica no próximo relatório de desempenho.

4.4 Dívida do sector

O valor total das dívidas do sector de águas em 2010 era de 229,3 milhões de Meticais resultante de dívidas de facturação, IVA, taxas liberatórias e da comparticipação do Estado em projectos em implementação ou já terminados. A não liquidação destas dívidas é devida a exiguidade dos fundos do Orçamento do Estado. A tabela abaixo apresenta a aposição da dívida do Sector a 31 de Dezembro de 2010.

Tabela 8. Dívida acumulada do Sector de Águas

MT

Instituição	DIVIDA			TOTAL	
		Facturação	IVA		Comparticipação
DNA	ASNANI	39.094.740,25	33.290.913,57	4.470.499,00	76.856.152,82
	GPC	745.600,00			745.600,00
	Saneamento		56.483.323,02		56.483.323,02
FIPAG			80.006.815,45		80.006.815,45
ARA SUL					0,00
ARA CENTRO					0,00
ARA ZAMBEZE			15.224.224,22		15.224.224,22
TOTAL		39.840.340,25	185.005.276,26	4.470.499,00	229.316.115,51

Não foi possível obter-se a tempo a informação sobre as dívidas das ARAs Sul e Centro, e por isso estima-se que um montante possa ser um pouco mais alto, na ordem de dezenas de milhões mas não tão alta como nos anos anteriores.

Foi encontrada uma medida correctiva para a redução da dívida sectorial, mas necessita-se ainda de medidas estruturais que previnam futuras acumulações de dívidas. A situação geral das dívidas do sector tende a melhorar, especialmente com a inscrição no Orçamento do Estado dum projecto específico para pagamento de todas as dívidas do sector. O gráfico a seguir dá uma ideia da tendência de decréscimo do valor da dívida no ano 2010.

⁶ O câmbio utilizado foi de US\$1 = 30 MT

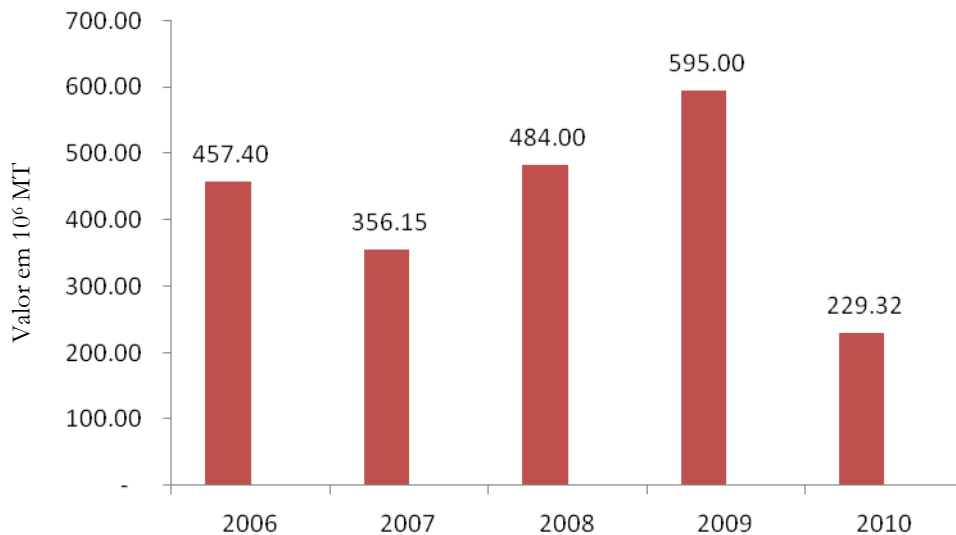


Figura 3– Evolução das dívidas do sector de águas 2006 – 2010

Fonte: Aide Memoires Sectoriais 2006-2009

4.5 Assuntos chave e recomendações

4.5.1 Assuntos chave

- Enquanto o processo de Orçamentação e Controlo de Execução financeira se consolidam no nível das províncias e distritos, a exactidão e a inclusão da planificação distrital e provincial das actividades relevantes das ONGs, OCBs, do sector privado, etc tem sido prejudicada pelos processos ainda ineficazes de utilização, recolha de dados, monitoria regular e prestação de contas.
- O CFMP tende a melhorar a previsibilidade dos recursos alocados ao sector, pelo menos a médio prazo, mas os procedimentos de alocação anual dos fundos precisam de melhorias significativas, para que a execução aumente significativamente também.
- O estabelecimento duma relação entre a execução financeira e o balanço do PES necessita de melhorias do fluxo de informação e da existência dum quadro de preços unitários tipificados. A situação actual indica que pelo menos US\$10 milhões de água rural não foram capturados pelo sistema em 2010.
- As dívidas do sector de águas continuam a ser um problema importante para o sector de águas, mas a tendência é de redução. A inscrição dum projecto específico no Orçamento do Estado para pagamento das dívidas necessita de ser substituída por medidas estruturais de prevenção de mais dívidas no futuro.

4.5.2 Recomendações

- Contínuos processos de capacitação, melhoria do controlo sobre os processos e aperfeiçoamento rápido dos procedimentos de recolha de dados, fluxos de informação e relatórios poderão melhorar a captura de informação sobre a execução financeira e o processo de prestação de contas dos distritos, províncias, DNA, parceiros de desenvolvimento, etc.
- Para uma melhor análise da relação entre o balaço do PES e a execução financeira, recomenda-se que o SINAS elabore modelos de relatórios para recolha de informação específica que alimente este capítulo do relatório de avaliação de desempenho.

5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA

5.1 Enquadramento no mecanismo nacional de revisão conjunta

O processo de Revisão Sectorial Conjunta enquadra-se nos mecanismos conjuntos de coordenação e diálogo, estabelecidos pelo Governo e Parceiros, sobre políticas prioritárias e decisões estratégicas de uso efectivo da Ajuda para a redução da pobreza em particular e o alcance das metas nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em geral.

O Governo de Moçambique definiu a redução da pobreza absoluta como uma das grandes prioridades. A estratégia para o alcance deste objectivo é articulada no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA) o qual reflecte o Plano Quinquenal do Governo.

Um dos objectivos estratégicos advogados no contexto global de parcerias para o desenvolvimento, no quadro dos MDGs, é de tornar a Ajuda mais efectiva. Assim, os parceiros internacionais de desenvolvimento apoiam o compromisso do Governo de adoptar e implementar de forma efectiva políticas bem articuladas conducentes a redução da pobreza.

Para o efeito a Parceria para o Apoio Programático (PAP – Programme Aid Partnership) foi estabelecido dentro deste contexto. É um mecanismo de coordenação envolvendo 19 parceiros de cooperação que providenciam o Apoio Directo ao Orçamento do Estado. O Governo de Moçambique e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) assinaram em 2004 um Memorando de Entendimento que estabelece os princípios desta parceria e define compromissos para melhorar a qualidade da ajuda programática.

Os 19 Parceiros são: BAD, Bélgica, Canada, Dinamarca, Comissão Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Mundial, Áustria. Os Estados Unidos da América e as Nações Unidas juntaram-se ao grupo em 2009 como Membros Associados.

Esta parceria é acima de tudo um fórum de diálogo entre o Governo e os Parceiros sobre políticas e decisões estratégicas de uso efectivo da Ajuda para a redução da pobreza. Existe um mútuo reconhecimento de que a transferência de recursos financeiros por si só não resulta na melhoria das políticas, governação e capacidade institucional; assistência técnica apropriada e diálogo sobre políticas também são elementos cruciais para que ajuda possa ser efectiva.

Os processos de monitoria e de diálogo estão operacionalizados no processo de revisão anual alinhados com o ciclo de planificação, orçamentação e monitoria do Governo. Estes processos apoiam-se nos seguintes documentos de planificação e monitoria:

- **Documento de Planificação:** PARPA, PES (e PAF/QAD – Quadro de Avaliação de desempenho), CFMP, OE bem como outros documentos/relatórios relevantes.
- **Documentos de Monitoria:** Balanço do PES (semestral e anual), Relatórios sobre a Execução do Orçamento do Estado, o relatório sobre a Conta Geral do Estado e relatórios das auditorias anuais (incluindo o Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado e relatórios trimestrais sobre o fluxo de fundos), relatório anual sobre avaliação da gestão dos fundos públicos bem como outros relatórios acordados pelo Governo e Parceiros.

Todas avaliações de desempenho são levadas a cabo de forma conjunta pelo Governo e Parceiros e não de forma bilateral. Existem duas Revisões Conjuntas GdM- PAP sobre o Apoio Programático:

- Revisão Anual (após a elaboração do Balanço Anual do PES) - focaliza na avaliação conjunta do desempenho que serve de base para compromissos subsequentes.
- Revisão semestral (antes da submissão do PES e OE ao Parlamento) - focaliza no diálogo sobre a planificação, orçamentação e acordo sobre o Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD/PAF – Performance Assessment Framework).

A revisão conjunta sobre desempenho pode incluir opiniões divergentes mas aceitáveis para todos os signatários. No caso excepcional em que uma visão conjunta não é alcançada, mesmo após as discussões ao mais alto nível, os diferentes pontos de vista podem ser reportados separadamente no relatório da revisão conjunta.

5.2 Estágio de implementação das recomendações de 2004/9

A tabela a seguir apresenta as principais recomendações dos processos de revisão Conjunta no sector de água e saneamento, nos últimos cinco anos (2004 – 2009).

Recomendações das Revisões Anuais Conjuntas 2004 – 2009**Revisão Anual Conjunta 2009**

Monitoria & Avaliação: até Outubro de 2010, **rever e acordar os parâmetros para o cálculo de cobertura de água e saneamento** de modo que os dados reflectam a real situação. Da análise dos dados do sector, concluiu-se que os resultados dos inquéritos aos agregados familiares realizados no país pelo INE têm mostrado que, apesar da existência das infra-estruturas seguras de abastecimento de água e saneamento, o número de pessoas que na realidade usa estas infra-estruturas melhoradas não corresponde com a quantidade das infra-estruturas existentes, principalmente nas zonas rurais. Por outro lado a falta de dados fiáveis tem influenciado o desempenho do sector.

Desempenho do Sector - QAD: (i) **incluir** no Quadro de Avaliação de Desempenho, **um indicador novo sobre saneamento o qual** deve compreender todos os tipos de saneamento aceitável tanto nas zonas urbanas como rurais. (ii) **rever o indicador** existente sobre abastecimento e água de modo a incluir **tanto as áreas rurais como as urbanas/peri-urbanas**.

Dívidas no sector: recomenda-se **discussão do assunto ao nível mais alto** tendo em conta a conjuntura do problema e suas implicações para o sector público. As dívidas resultantes do não pagamento do IVA e outras participações dos projectos continuam a representar um peso enorme na estrutura financeira e fortemente restringem a implementação do PES no sector.

Descentralização: **reforçar** o processo de **capacitação** com ênfase **ao nível dos distritos**. Também há necessidade de **descentralizar** os **recursos humanos** e complementar com a criação de condições (incentivos) para a retenção dos quadros particularmente nas zonas mais remotas. O nível central deve passar a implementação para os níveis descentralizados e concentra-se mais na coordenação e definição de políticas e estratégias.

Financiamento do sector – fundos internos (i) **Advocar** que alocação **de fundos OE suficientes para o sector de água e saneamento**. A alta dependência do sector dos fundos externos, e o nível alarmante e a crescente dívida (originada pela falta de liquidação do IVA e das participações) sugerem que o sector merece mais atenção do Governo. Em média apenas 3,9% do orçamento do Estado é alocado ao sector de água e saneamento contrariando os 5% estimados no PARPA.

Capacitação Institucional: (i) **Reforçar com recursos humanos qualificados** aos níveis provincial (**DAS**-Departamento de Água e Saneamento), distrital (**SDPI's**) e nacional (**DNA** nas áreas de saneamento (**DES**) e monitoria (**SINAS**); (ii) **Advogar** para a existência de uma **política abrangente de recursos humanos** que facilite a retenção de quadros a todos níveis, e fortaleça as capacidades a nível dos distritos, municipalidades, e províncias.

Saneamento Rural: **DNA** e parceiros devem **desenvolver** em 2010 uma **estratégia para aplicação do CLTS** e a **promoção** e monitoria de **tecnologias de saneamento melhorado** com vista a assegurar a consistência de abordagens. A nova abordagem do Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (CLTS) está a surtir bons resultados no saneamento rural.

Coordenação intersectorial: necessidade de **adoptar** medidas de resposta e promover uma **abordagem integrada multi-sectorial** para a **prevenção de doenças tais como a cólera**.

Harmonização dos Parceiros: necessidade de **melhorar a partilha de informação sobre os fundos off-CUT** planificados ao nível dos projectos bem como a sua execução de modo a permitir que o sector tenha informação mais realista sobre os planos e realizações físicas e financeiras e assegurar a inclusão no PES das actividades dos parceiros.

Revisão anual conjunta 2008

Monitoria & Avaliação: **reforçar o sistema de monitoria & avaliação** (recolha e sistematização da informação).

Coordenação: **melhorar a coordenação inter-ministerial** ao nível de implementação. Fragilidades em relação a coordenação intra e inter-sectorial e com os parceiros de cooperação, tem resultado, por exemplo, nas diferenças de dados de execução orçamental.

Revisão anual conjunta 2008 (Continuação)

Descentralização: no quadro do processo de descentralização especial atenção deve ser dada no **reforço das capacidades aos níveis descentralizados** (distritos) particularmente em termos de planeamento, monitoria & avaliação e gestão financeira. De igual modo a descentralização implica também mudança do papel do nível central para o de coordenação, monitoria e definição das estratégias sectoriais.

Dívida: do sector continua a representar um peso enorme na estrutura financeira e fortemente restringe a implementação do PES no sector. Recomenda-se **discussão do assunto ao nível mais alto** tendo em conta a conjuntura do problema e suas implicações para o sector público.

Harmonização dos Parceiros: maior harmonização do apoio dos parceiros do sector. O apoio dos Parceiros ao sector continua pouco harmonizado pese embora os esforços sendo feitos para a criação do SWAp , abordagem programática para o financiamento do subsector de água e saneamento rural.

Gestão: elaborar o **plano de prevenção a corrupção**.

Revisão anual conjunta 2007

Capacitação Institucional: Reforçar a capacidade institucional da DNA particularmente nas **áreas de planificação, monitoria e Administração e Finanças**, pois estas áreas são cruciais e representam uma pré-condição para a instituição desempenhar de forma efectiva as suas funções de coordenação sectorial.

Financiamento do sector – fundos internos: advogar **para que sejam alocados fundos OE suficientes para o sector de água e saneamento**. A tendência de redução do Orçamento de Investimento nos últimos anos para a DNA é preocupante.

Procurement: com a introdução do SISTAFE, recomenda-se a **instalação das UGEAs na DNA e noutras instituições do sector** para melhor benefício e impacto na execução e gestão financeira do sector.

Harmonização dos Parceiros: maior harmonização do apoio dos parceiros do sector. Harmonização dos parceiros do sector continua fraca apesar dos esforços para a criação do SWAp.

Revisão Anual Conjunta 2006

Dívidas: o MOPH/DNA, MPD e MdF devem negociar, urgentemente, uma **solução para a crescente dívida da DNA e de, possivelmente, outras instituições do sector**. Em particular, é necessário encontrar uma solução para a causa principal dessas dívidas: pagamentos com IVA e outras contribuições da contraparte para projectos com financiamento externo e para os quais os orçamentos de investimento interno não têm provisões suficientes.

Orçamentação do sector: O MOPH/DNA e MoF devem estudar a possibilidade de **criar uma linha orçamental específica para a componente interna do orçamento de investimento do MOPH/DNA**, com um número de código específico diferente do MOPH e com autonomia na elaboração de relatórios financeiros.

Gestão e Coordenação financeira: recomenda-se a **reconciliação de informação anuais ou trimestrais do MdF e do Sector**, de forma a **minimizar as diferenças**, entre a informação do BER e a **informação do sector** sobre a execução do orçamento.

Capacitação Institucional: **reforçar o planeamento e a capacidade de monitoria** e, em colaboração com o MAE, **desenvolver uma estratégia para apoiar a implementação descentralizada** dos pontos de água rurais e a reabilitação de pequenos sistemas de abastecimento de água.

Harmonização dos Parceiros: A **harmonização dos doadores** deve progredir **no sector dos recursos hídricos**, em particular a **nível operacional**. É necessário realizar reuniões de doadores e do sector regulares para seguimento para cumprir as recomendações da análise conjunta e identificar as opções para mecanismos de financiamento conjunto

Revisão Anual Conjunta 2004 - 2005

Monitoria & Avaliação: melhorar o sistema de monitoria e avaliação (tendo em conta as capacidades existentes).

Acesso sustentável ao abastecimento de água: Priorizar a implementação do Plano de transição e/de água rural particularmente no tocante a: (i) privatização dos EPARs; (ii) Modelos de gestão dos PSAAs; (iii) Rede de peças para a manutenção das bombas manuais; e (iv) testagem de tecnologias alternativas de abastecimento de água.

Descentralização: intensificar o processo de **descentralização e desconcentração** bem como processo de criação de capacidades ao nível provincial.

Gestão dos Recursos Hídricos: priorizar a **reabilitação e modernização da rede hidrometeorológica;** Estabelecimento das ARAs Centro-Norte e Norte.

Como se pode depreender, ao longo dos últimos cinco anos, as áreas mais críticas identificadas para o desenvolvimento do sector incluem:

- Dados fiáveis/monitoria & avaliação (sistema de recolha, análise e disseminação) com vista a melhorar a planificação & orçamentação do sector;
- Capacitação institucional nas componentes de planeamento, M&A, gestão financeira a todos os níveis;
- Financiamento OE para o sector, aliado aos valores crescentes de dívida do IVA e participações dos projectos;
- Coordenação intra e intersectorial e maior diálogo com os parceiros de cooperação;
- Harmonização do apoio dos parceiros incluindo a partilha de informação física e financeira dos projectos.

A seguir procura-se analisar o grau de implementação destas cinco áreas e ao longo dos últimos cinco anos:

Monitoria & Avaliação: nesta área, importa destacar os seguintes realizações: (i) estabelecimento do Sistema nacional de informação e gestão do sector – SINAS; (ii) elaboração dos instrumentos de recolha e “reporting” de informação principalmente para o abastecimento de água e saneamento rural; (iii) análise dos parametros de cálculo de cobertura tendo em consideração os resultados dos inquéritos aos agregados familiares realizados pelo INE; (iv) introdução do conceito de “saneamento seguro” na implementação e monitoria das intervenções de saneamento.

No entanto e apesar destes progressos, a operacionalização a nível nacional do sistema de M&A no sector de água e saneamento continua uma grande preocupação e deve constituir prioridade para o sector (requer a alocação de mais quadros qualificados e recursos financeiros para poder responder aos desafios do sector). Sem dados fiáveis não é possível planificar, orçar e sustentar os serviços de abastecimento de água e muito menos avaliar de forma efectiva o desempenho do sector e o impacto do Apoio dos parceiros.

Capacitação institucional: processo contínuo e dinâmico e que deve estar alinhado às reformas em curso no país particularmente a descentralização e desconcentração. O estudo de avaliação de risco “*fiduciary risk assessment*” realizado no âmbito do PRONASAR indica existirem riscos médio/alto ao nível distrital e provincial na gestão dos fundos alocados. Esta constatação é também aliada a capacidade bastante limitada existente nestes níveis: a título de exemplo dos 128 distritos existentes no país, apenas 21 (apoiados pelo UNICEF) dispõem de técnicos de água e saneamento nos SPDIs. Por outro lado e no contexto da

descentralização, as responsabilidades do nível central na coordenação efectiva de todas as intervenções do sector tornam-se cada vez mais acrescidas facto que requer mais pessoal qualificado.

Financiamento OE ao sector: A análise do Orçamento do Estado 2010 realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade – FDC em parceria com o UNICEF, mostra a forte dependencia do sector ao financiamento externo. Alias, o montante dos recursos internos alocados ao sector, não é suficiente nem para o pagamento do IVA e outras participações do sector aos projectos.

No entanto, esta análise também revela a falta de um classificador orçamental que permita a análise da alocação dos fundos para o abastecimento de água e saneamento tem dificultado significativamente a avaliação efectiva e objectividade da alocação orçamental do sector e consequentemente advoca para o reforço das alocações. O abastecimento de água e saneamento está considerado na totalidade dentro da alocação do Ministério de Obras Públicas e Habitação (MOPH) e parte no FIPAG, CRA, sem classificador próprio. A Direcção Nacional de Águas (DNA) não é, por si só, uma unidade orgânica orçamental. Ela não aparece reflectida na tabela de despesas do Orçamento do Estado (OE) e, consequentemente, não recebe uma alocação explícita do OE.

Assim sendo, há necessidade urgente de se rever a classificação orçamental deste sector de forma a facilitar o monitoramento das alocações do OE ao sector incluindo os compromissos assumidos a nível regionais (*eThekmini Declaration: 0.5% do PIB anual para saneamento e higiene e a reunião de Washington o ano passado entre os parceiros de cooperação e os Ministros das Finanças e das Obras Publicas e Habitação*).

Coordenação intra e intersectorial e o diálogo com os parceiros: Apesar dos esforços, a coordenação no sector e com outros sectores continua fragilizada. Por exemplo, embora se reconheça que o melhoramento das condições de saneamento requer o envolvimento activo dos outros sectores, pouco progressos foram ainda feitos conducentes a efectiva coordenação dos financiantos e implementação das actividades de saneamento. A ocorrência cíclica dos casos de diarreias incluindo a cólera mostra a necessidade de uma efectiva colaboração entre vários sectores fundamentalmente nas acções de prevenção particularmente entre os sectores de Saúde, Águas e Ambiente.

Dialogo e Harmonização do apoio dos parceiros: Com o estabelecimento do PRONASAR, cria-se ambiente para o melhorar o impacto do apoio dos parceiros no subsector de água e saneamento rural. Todavia a partilha de informação sobre os fundos off-CUT planificados ao nível dos projectos bem como a sua execução física e financeira continua sendo grande constrangimento para o sector. Apenas poucos parceiros (exemplo o UNICEF) têm de forma sistemática, reportado à DNA/MOPH a execução financeira e física dos programas off-CUT por eles financiados. Este facto dificulta sobremaneira contabilizar todos os investimentos feitos no sector e planificar/priorizar adequadamente.

5.3 Assuntos-chave e recomendações

Da análise feita claramente se depreende que as cinco áreas acima mencionadas são chaves para o desenvolvimento do sector de águas. Recomenda-se que nas revisões conjuntas se definam metas e indicadores (alcançáveis num período de um ano) bem claros para cada uma das áreas, responsabilidades dos envolvidos e mecanismos de monitoramento.

6. GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

6.1 Objectivos e metas

As principais metas da Política de Águas compreendem a satisfação das necessidades básicas da população, utilização eficiente da água para o desenvolvimento económico, água para conservação ambiental, redução da vulnerabilidade às cheias e secas, promoção da paz e integração regional e garantir recursos hídricos para o desenvolvimento do país. A Estratégia de Gestão dos Recursos Hídricos refere que o alcance destas metas depende da melhoria do pacote de projectos prioritários e dos planos de gestão dos recursos hídricos que incluem: a avaliação dos recursos hídricos, monitoramento dos recursos hídricos, planos de gestão de bacias hidrográficas, análise e gestão de risco de desastres, gestão de rios internacionais e a consolidação das Administrações Regionais de Água.

Para além do DGRH, que é a entidade dentro da DNA responsável pela gestão global dos recursos hídricos bem como pela coordenação e supervisão das actividades de todos intervenientes no processo, a implementação diária das actividades recai sobre as ARAS - responsáveis pelo desenvolvimento e a gestão operacional dos recursos hídricos, o GRI - facilita e coordena a cooperação internacional no domínio das águas entre Moçambique e outros Estados, e o GOH - promove a construção de obras hidráulicas, coordenando e supervisionando as actividades nessa área. É nestes 3 níveis que a avaliação do desempenho será feita.

6.2 Principais actividades e resultados das ARAs

6.2.1 Actividades planificadas para 2010

De modo a cumprir com estes objectivos e metas, as actividades planificadas para o na 2010 compreendiam:

a) Descentralização e consolidação da Gestão Operacional dos Recursos Hídricos (GORH):

- Consolidação da ARA Norte e ARA- Centro Norte
- Estabelecimento da Unidade de Gestão da Bacia (UGB) de Montepuez e Messalo
- Realização de 13 reuniões dos comités de bacia

b) Reabilitação, expansão e modernização de 56 redes hidroclimatológica, das quais na ARA Sul (10), ARA Centro (10), ARA Zambeze (10), ARA Norte (14), e ARA Centro-Norte (12).

c) Realização de estudos e projectos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Hídricos (PNDRH 1):

- Elaboração do Programa de Capacitação e Desenvolvimento Institucional
- Definição da Estratégia de Comunicação do Programa
- Início do estudo para a revisão do projecto base e auditoria de segurança das barragens de Metuchira, Gorongosa, Corumana e Açude de Ressano Garcia
- Elaboração dos TdR os planos de bacias para bacias dos rios Messalo, Montepuez, Megaruma, Lúrio, Monapo, Licungo, Zambeze.
- Início do estudo de impacto ambiental e social das barragens de Metuchira, Gorongosa, Corumana e Açude de Ressano Garcia
- Elaboração da Estratégia para a mobilização de fundos de co- financiamento
- Elaboração do Documento do Projecto, incluindo o Manual de Implementação (PIM) do Programa

d) Implementação doutros estudos

- Implementação do Projecto-piloto de Águas Subterrâneas de Maputo e Matola
- Avaliação de propostas de projectos críticos do Programa Púngoé 2
- Estudo sobre regras de operação das albufeiras dos Pequenos Libombos, Corumana e Massingir

e) Legislação e regulamentação**f) Monitoria dos recursos e da qualidade da água***6.2.2 Resultados de 2010**a) Consolidação da descentralização da GORH e desenvolvimento institucional*

- Concurso público para a elaboração do projecto executivo da futura Sede da ARA Centro-Norte lançado e propostas para a selecção do consultor que vai elaborar o Plano Comercial de ARA-Centro avaliadas.
- Infra-estruturas para o funcionamento da Unidade de Gestão das Bacias (UGB) de Montepuez e Messalo e seus respectivos comités identificadas e reabilitadas.
- 7 das 13 reuniões dos comités de bacias planificadas realizadas, sendo na ARA Sul (3), ARA Centro (2), ARA Zambeze (1) e ARA Norte (1).

b) Reabilitação, expansão e modernização de rede de estações hidroclimatológicas

Do plano inicial de 56 estações planificadas, foram reabilitadas e ou modernizadas 42 estações a nível nacional, o que corresponde a uma realização de 78,6%. Este nível de desempenho foi influenciado pela ARA Centro-Norte que reabilitou apenas 3 das 12 planificadas, correspondendo a 25% de desempenho e pela ARA Norte que reabilitou/modernizou 11 estações hidroclimatológicas das 14 previstas (78,6%).

A baixa realização da ARA Centro-Norte deveu-se a não alocação de fundos do OE, o que dificultou a aquisição dos equipamentos e materiais para a realização desta actividade. Para colmatar esta situação a DNA teve que alocar parte dos fundos do ASAS a esta ARA.

c) Realização de estudos e projectos de planeamento de bacias hidrográficas

Esta actividade incluía um conjunto de actividades de preparação do PNDRH1 apenas, e os resultados foram:

- Programa de Capacitação e Desenvolvimento Institucional elaborado.
- Estratégia de Comunicação do Programa definida.
- Termos de referência dos planos das bacias dos rios Messalo, Montepuez, Megaruma, Lúrio, Monapo, Licungo e Zambeze elaborados.
- Versões preliminares da estratégia para a mobilização de fundos de co- financiamento discutida e finalizada (por finalizar em 2011).
- Versões preliminares do Documento do Projecto, incluindo o Manual de Implementação (PIM) do Programa finalizadas (por finalizar em 2011).

Por insuficiência de fundos ficaram atrasadas por dois meses o estudo para a revisão do projecto base e auditoria de segurança das barragens de Metuchira, Gorongosa, Corumana e Açude de Ressano Garcia e os respectivos estudo de impacto ambiental e social.

d) *Realização doutros estudos***Implementação do Projecto-piloto de Águas Subterrâneas de Maputo e Matola:**

- 22 Piezómetros para o monitoramento da quantidade e qualidade da água subterrânea construídos; e relatórios de análise económica e análise institucional concluídos;
- Testes de bombagem realizados em 2 furos de observação;
- Pesquisas topográficas para determinação das cotas absolutas dos furos de observação concluídas;
- Processo de concepção e implementação dum sistema de registo do uso de água subterrânea concluído.

Importa referir que a rede de monitoramento da qualidade de água compreende 64 pontos de amostragem da qualidade de água, e 45 pontos para monitorar a quantidade.

Avaliação de propostas de projectos críticos do Programa Púngoé 2. A nível da Zona Centro, foi realizada a avaliação de propostas de projectos críticos do Programa Púngoé 2, sobre mitigação e aviso de cheias e secas, controlo da intrusão salina no baixo Pungoé, caudais ambientais no Parque Nacional de Gorongosa e no lago Urema, incluído fundo para pequenos investimentos de desenvolvimento de iniciativas em Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

O Estudo sobre **regras de operação das albufeiras dos Pequenos Libombos, Corumana e Massingir** foi igualmente concluído.

e) *Legislação e Regulamentação*

No âmbito do reforço do quadro legal do sector foi elaborada a versão preliminar do Regulamento sobre a Exploração e Aproveitamento de Águas Subterrâneas, e deverá ser finalizado em 2011. Outras actividades iniciadas em 2010 incluem o lançamento do concursos para elaboração de um Regulamento de Uso de Albufeiras e Lagos Naturais e para definição tarifas de água (água bruta regularizada e não regularizada). Ambos concursos estão na fase de avaliação das propostas para a contratação de serviços de consultoria.

f) *Monitoria dos recursos e da qualidade da água*

Em 2010 foram também desenvolvidas as actividades monitoramento de recursos hídricos. As actividades compreenderam a realização de 368 medições de caudais, 225 amostragens de qualidade de água e colectados 3.777 boletins de registo de dados hidrológicos, conforme a tabela 9.

Tabela 9. Medições de caudais, boletins colectados e amostragem de qualidade de água realizadas durante 2010

ARA	Amostragem Qlde. Agua		Medições Caudais		Boletins colectados	
	Plano	Realizado	Plano	Realizado	Plano	Realizado
Sul	250	117	220	237	1700	1992
Centro	72	72	30	30	880	480
Zambeze	64	36	56	35	1254	570
Norte	-	-	84	60	-	168
Centro- Norte	-	-		06	120	567
Total	386	225	390	368	3954	3777

Em relação a qualidade de água foram:

- 9 Pontos de descargas de efluentes na região sul, e na bacia do Zambeze (rio Zambeze e rio Revubué) foram identificados e levantados.
- Plantas aquáticas evasivas nos rios Inhanombe e Guina, na Província de Inhambane; e no rio Chire na Província da Zambézia foram também identificadas e levantadas.

As ARAs Sul e Centro e Norte elaboraram e disseminaram, cada uma, 150 boletins hidrológicos regionais, enquanto a ARA Zambeze elaborou e disseminou 114 e a ARA Centro-Norte 120. Coube a DNA a emissão e disseminação de 150 boletins nacionais. No total foram emitidos e distribuídos 834 boletins hidrológicos, contra os 720 planificados.

Finalmente, foram levadas a cabo várias acções com vista a instalação de rede telemétrica na bacia do Zambeze, a qual irá usar satélites brasileiros.

6.3 Principais actividades e resultados do GRI

As actividades de cooperação no âmbito das bacias hidrográficas compartilhadas na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) visam defender os interesses de Moçambique no que diz respeito a partilha de nove (9) das quinze (15) bacias hidrográficas da região da SADC.

Neste contexto, são objectivos principais a elaboração e monitoria dos acordos internacionais, a promoção de estudos conjuntos em bacias compartilhadas, bem como, a implementação de estratégias e iniciativas conjuntas nas bacias internacionais. A tabela 10 mostra o plano detalhado e o grau de realização das actividades do GRI por cada bacia hidrográfica.

Tabela 10. Principais acções realizadas, por bacia hidrográfica no quadro dos rios internacionais durante 2010

BACIAS	PLANO	REALIZADO	OBSERVAÇÕES
Bacia do Incomáti e Maputo (África do Sul, Moçambique, e Suazilândia)	Continuar as consultorias no âmbito da implementação do Programa PRIMA (Programa que visa implementar o Acordo do IncoMaputo).	Produzido o Anuário Hidrológico da Bacia do Incomáti.	
		Elaborado o Sistema de Gestão de Troca de Dados e Informação nos Rios Maputo e Incomati.	
		Concluído o relatório sobre o Ponto de Situação sobre as Regras de Operação de Barragens nos Rios Incomáti e Maputo.	
		Concluído a consultoria sobre a Participação das Partes Interessadas	
		Acordada a emenda sobre a extensão do Acordo Tripartido Interino nos Rios Maputo e Incomáti (Acordo do IncoMaputo)	

BACIAS	PLANO	REALIZADO	OBSERVAÇÕES
Bacia do Umbelúzi (Moçambique e Suazilândia)	Continuar a revisão do Acordo de Partilha de Águas de 1976 da Bacia do Rio Umbelúzi.	Em curso a Revisão do Acordo de Partilha de Água na Bacia do Umbeluzi	Concluída a versão preliminar do Texto do Novo Acordo da Bacia do Umbeluzi
Bacia do Limpopo (África do Sul, Botswana, Moçambique e Zimbabwe)	Finalizar a consultoria sobre o Inventário e Diagnostico da bacia Limpopo para a preparação dos Termos de Referência para o estudo.	Concluído o Estudo de Inventário e Diagnóstico (Fase I) e aprovado pelo Comité Técnico Permanente da Bacia do Limpopo (LBTC).	O Estudo servirá de base para a elaboração da Estratégia de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Limpopo.
		Em curso a elaboração dos Termos de Referência para a Implementação da Fase II do Estudo Conjunto da Bacia do Limpopo.	Aguarda-se a Ratificação do Zimbabwe para a entrada em vigor do Acordo Interino da LIMCOM..
Bacia do Púngoè (Moçambique e Zimbabwe)	Continuar a implementação da Estratégia Conjunta da Bacia do Púngoè (Programa PP2)	Concluído o processo de contratação e mobilizados os consultores para a realização do Estudo do Uso Integrada da Terra e Água, Financiamento de Pequenos Projectos de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, Estudo de Viabilidade da Barreira sobre Intrusão Salina, Gestão de Cheias e Secas.	-
		Em curso a Avaliação do Médio Prazo do Programa PP2.	
		Realizada a reunião anual entre a Sida e a DNA para a avaliação do Programa PP2	A reunião calendarizou as actividades prioritárias.
Bacias do Save, Búzi e Rovuma (Moçambique, Tanzânia e Zimbabwe)	Iniciar as consultorias para a realização de estudos conjuntos nas bacias de Búzi, Save e Rovuma,	Submetido o Relatório da Monografia da Bacia do Rovuma.	O relatório das Monografias do Búzi e Save ainda não foi submetido ao Cliente
Bacia do Zambeze (Angola, Botswana, Namíbia, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe)	Elaborar o Memorando de Entendimento (MdE) Umbrela para a troca de informação.	Concluída a versão preliminar do Texto do Memorando de Entendimento (MdE) para a troca de informação entre os operadores e gestores de barragens de Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe (submetido ao MINEC)	O MdE Umbrela visa facilitar a celebração de Acordo entre os gestores das barragens ao longo da bacia. A assinatura do MdE esta prevista para 1º Trimestre de 2011

6.4.Principais actividades e resultados do GOH

Ao longo do período em referência, no âmbito do Programa Nacional de Obras Hidráulicas, foram desenvolvidas actividades relacionadas com a construção e reabilitação de grandes barragens, promoção da construção de 80 pequenas barragens e promoção da construção de 1500 sistemas de captação da água da chuva. O detalhe das acções feitas no quadro da construção e reabilitação de grandes barragens são mostardas na tabela 11.

Tabela 11. Actividades realizadas no quadro das grandes barragens durante 2010

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE GRANDES BARRAGENS			
Actividade/Barragem	Actividades Planificadas	Actividades Realizadas	% de execução
Concluir a contratação para a elaboração do projecto executivo da barragem de Nhacangara	Criar o GIPSA.	Criado o GIPSA.	100%
	Lançar o projecto na Província de Manica.	Lançado o projecto na Província de Manica.	100%
	Contratação do Consultor para Assistência Técnica	Lançado concurso para a contratação da Assistência Técnica. E seleccionado o vencedor. Obtido <i>No Objection</i> do Financiador e notificado o vencedor para celebração do Contrato.	50%
Promover o Projecto da Barragem de Moamba Major	Concepção, Elaboração e Fornecimento de uma Brochura de Apresentação e Promoção do Projecto.	Contrato assinado e realizada reunião de início dos trabalhos.	30%
	Regularizar a nomeação do responsável do Gabinete criado pelo diploma ministerial nº 64/2008.	Nada a assinalar	0%-
	Acompanhar a elaboração do estudo prévio de Impacto Ambiental.	Concluído e apresentado o Estudo Preliminar de Impacto Ambiental.	100%
	Acompanhar a elaboração do Estudo prévio do Projecto Executivo.	Concluído e apresentado o Estudo Preliminar do Projecto Executivo.	100%
	Elaborar o Plano Director do Projecto.	Lançado concurso.	20%
		Concluída avaliação das propostas técnicas para contratação de Consultor	
	Demarcar o perímetro da albufeira ao nível de NPA e da área de protecção do lago.	Em elaboração os Termos de Referência.	10%
	Acompanhar as iniciativas do Governo com vista a obtenção de financiamento para construção da barragem.		Solicitado ao Governo do Brasil o financiamento dos Estudos de Impacto Ambiental e do Projecto Executivo.
Enviada carta, por S. Excia. o MOPH, ao Ministro das Finanças para reforçar a necessidade de financiamento.			
Reabilitar a barragem de Nacala	Elaborar o Plano de Acção de Reassentamento (PAR).	Em fase conclusiva	90%
	Realizar investigações geotécnicas, elaborar projecto executivo e documentos de concurso.	Concluídas as investigações geotécnicas, projecto executivo e documentos de concurso.	100%
	Lançamento de concurso de Empreitada	Concluída a revisão dos documentos de concurso.	50%
Reabilitar e realizar obras de Manutenção da barragem de Macarretane.	Reabilitar e modernizar os equipamentos hidromecânicos.	Fabrico e montagem de cavaletes para 15 enscadeira; Pintura de final de equipamentos electromecânicos; Estabelecimento de rede eléctrica de baixa tensão; de sistema automático de comportas; Testes finais de operação dos equipamentos; Recepção da obra.	100%
	Reabilitação do terraço de jusante	Em fase de mobilização de financiamento	
Reabilitar e realizar obras de Manutenção da barragem de	Realizar as investigações geológicas e geotécnicas para elaborar o projecto executivo do descarregador	Concluídas investigações geológicas e geotécnicas, elaboração do projecto executivo e documentos de concurso e	100%

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE GRANDES BARRAGENS			
Actividade/Barragem	Actividades Planificadas	Actividades Realizadas	% de execução
Massingir	adicional.	lançamento de concurso de empreitada. Em fase de avaliação	
		Em curso a elaboração do projecto executivo do descarregador adicional.	30%
	Elaborar projecto executivo para reabilitação dos descarregadores de fundo.	Lançado concurso de empreitada para reabilitação dos descarregadores de fundo. Relatório da comissão de avaliação submetido ao Financiador, BAD	100%
Reabilitar e realizar obras de Manutenção da barragem de Corumana (Obras Complementares Fase II)	Elaborar estudo de impacto ambiental e social.	Em preparação a submissão do Projecto ao CRE.	
	Elaborar o Plano de Acção de Reassentamento (PAR).		
	Auditar a segurança da Barragem.		
	Implantar o sistema de rega do talude de jusante.	Concluída a instalação do sistema de rega do talude de jusante.	100%
Pequenos Libombos	Implantar o sistema de rega do talude de jusante.	Concurso cancelado por falta de cabimento orçamental	0%

No quadro da promoção da construção de 80 pequenas barragens, é de salientar a conclusão das obras de reabilitação de 5 pequenas barragens e a execução em 50% dos de 3 reservatórios escavados, a conclusão da pequena barragem de Inhamissua. Os detalhes da execução geral em 16 unidades que estão a ser intervencionadas são apresentados na tabela 12.

Tabela 12. Actividades realizadas no quadro da construção e reabilitação de 80 Pequenas Barragens durante 2010

PROMOÇÃO DA CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE 80 PEQUENAS BARRAGENS E RESERVATÓRIOS ESCAVADOS			
Barragem ou Reservatório	Actividades Planificadas	Actividades Realizadas	% de execução
Mandevu e Mussequelane	Reabilitar	Concluída	100%
Impaputo	Elaborar o Projecto executivo e documentos de concurso (<i>reabilitação de fontes e do sistema de abastecimento de água à vila de Namaacha, incluindo estudo de nova barragem</i>)	Em fase conclusiva a elaboração do anteprojecto.	95%
Mabuiane I	Reabilitar	Concluída	100%
Mabuiane II	Reabilitar	Concluída	100%
Nhanáli	Construir	Obras em curso.	50%
Mocuíne I	Construir	Obras em curso.	65%
Mocuíne II	Construir	Obras em curso.	50%
Papatane	Construir	Em finalização os documentos de concurso para empreitada e fiscalização.	0%
Metuchira	Elaborar estudo de impacto ambiental e social.	Em curso a elaboração do estudo.	25%
	Elaborar o Plano de Acção de Reassentamento (PAR).	Em curso a elaboração do plano.	
	Auditar a segurança da Barragem.	Em curso a elaboração da auditoria.	
Gorongosa	Elaborar estudo de impacto ambiental e social.	Iniciada a elaboração do estudo de	25%

PROMOÇÃO DA CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE 80 PEQUENAS BARRAGENS E RESERVATÓRIOS ESCAVADOS			
Barragem ou Reservatório	Actividades Planificadas	Actividades Realizadas	% de execução
	Elaborar o Plano de Acção de Reassentamento (PAR).	impacto ambiental.	
	Auditar a segurança da Barragem.		
Inhamisua	Construir.	Concluída.	100%
Augusto Maponessa (Míni-hídrica)	Realizar o reconhecimento da área para a construção da barragem e realizar levantamento de base.	Identificado o local para a construção da barragem.	10%
Represa de Luenha	Elaborar o Projecto executivo.	Lançado o concurso.	0%
Açude de Luia	Elaborar o Projecto executivo	Lançado o concurso	0%
Mocímboa da Praia	Lançar o concurso de empreitada da obra	Relatório de avaliação das propostas à execução empreitada submetido ao financiador MIREM	100%

6.5. Assuntos chave e recomendações

6.5.1 Assuntos chave

- O processo de criação das ARAs e das Unidades de Bacias deve ser acompanhado pela alocação de recursos adequados. Para além do facto da dotação da DNA de 2010 incluir a dotação para a ARA Zambeze e ARA Norte, a ARA Centro Norte não foi alocada nenhuma verba. O desempenho destas ARAs não foi satisfatório.
- No geral, a programação e orçamentação do sector dos recursos hídricos precisa de melhorias significativas, pois maior número de actividades não foi realizado por falta de financiamento.

6.5.2 Recomendações

- Recomenda-se a criação das condições para cumprimento do mandato institucional de que as ARAs se encontram investidas, nomeadamente alocação de mais recursos financeiros e humanos.
- O subsector dos recursos hídricos necessita de adoptar uma planificação mais realista e de acordo com a expectativa dos recursos, e de melhorar o sistema de informação, definindo indicadores pelos quais este subsector vai ser medido.

7. SANEAMENTO E HIGIENE

7.1 Objectivos e metas

Tomando como ano base 2009, as metas do PQG válidas para o saneamento são:

- Aumentar a provisão dos serviços para 48% em 2014, nas zonas rurais servindo a 8 Milhões de pessoas; e
- Aumentar a provisão dos serviços para 80% nas zonas urbanas, servindo a 7 Milhões de pessoas.

Estas metas foram traduzidas no QAD como implicando a construção de 39.725 facilidades de saneamento de modo que a cobertura subisse em 4% para 47% em 2010 a nível nacional. Mas o PES 2010 foi menos ambicioso e planificou um aumento de cobertura de apenas 1% passando de 41% em 2009 para 42% em 2010, para as áreas rurais, e uma cobertura de 48% no saneamento urbano. Pelo QAD 2009 a meta do saneamento urbano era de 55%, e no balanço do PES 2008, reportava-se já uma cobertura de 50% para as áreas urbanas.

Este objectivo significou a planificação da construção de 56.560 latrinas melhoradas, promoção do CLTS, latrinas escolares em Gaza, Sofala e Zambézia, para as áreas rurais; e a construção de 12.030 latrinas nas áreas peri-urbanas e também a continuidade dos grandes projectos urbanos, nomeadamente:

- Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento às cidades do Norte (Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane, Mocuba e Guruê);
- Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento às cidades de Lichinga e Cuamba;
- Projecto de Saneamento da Cidade da Beira - Fase I e II;
- Projecto de Drenagem à Zona Industrial da Cidade de Inhambane;
- Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento e Apoio institucional às 4 Cidades Sul (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chokwê);
- Projecto de Drenagem da Cidade de Maputo; e
- Projecto de Drenagem do Estádio Nacional de Zimpeto.

7.2 Principais resultados do saneamento rural

7.2.1 Latrinas melhoradas

A latrina melhorada é considerada o nível mínimo de serviço na área rural, por isso o nível pelo qual se contabiliza o acesso no sector de águas em Moçambique. Das 56.560 latrinas planificadas, foram construídas 34.083 latrinas melhoradas no país, servindo um adicional de 170.415 pessoas, correspondendo a 60,2% do plano (tabela 13). Este desempenho pode ser considerado bom, pois trata-se de construções realizadas pelas próprias famílias, o que significa que as pessoas põem o saneamento entre as outras prioridades que têm.

Tabela 13. Latrinas melhoradas construídas nas zonas rurais em 2010

Província	Plano de Construção de Latrinas	Latrinas Construídas	% Execução	População Servida
Maputo Cidade	500	0	0	0
Maputo Província	4.750	215	4,5	1.075
Gaza	2.500	1.475	59	7.375
Inhambane	170	589	100	2.945
Sofala	14.300	8.019	56,5	40.095
Manica	10.240	5.699	55,7	28.495
Tete	12.400	2.815	22,76	14.075
Zambézia	1.100	1.150	100	5.750
Nampula	8.100	12.387	100	61.935
Cabo Delgado	500	600	100	3.000
Niassa	2.000	1.134	56,7	5.670
Total	56.560	34.083	60,2	170.415

Em termos de execução por província, Nampula teve um desempenho excepcional pois construiu 12.387 contra as 8.100 planificadas (+53%). Este desempenho deveu-se à contribuição do projecto da ESORE e InterAide nos Distritos de Memba, Nacala-a-Velha e Monapo onde constroem 100% de latrinas melhoradas nas aldeias onde trabalham e da Cruz Vermelha de Nampula que também promove a construção de latrinas nos Distritos de Malema e Ribau. Sofala teve a segunda execução mais significativa com 8.019 das 14.300 planificadas. O efeito dos projectos da Cruz Vermelha em Chemba, Maríngue e Caia, do projecto da ESORE em Nhamatanda e a contribuição do CLTS nos distritos do projecto UNICEF 1 Milhão de Chemba, Dondo, Gorongosa, Muanza, Manríngue e Nhamatanda explicam este desempenho. Tete e Manica também tiveram planos bastante ambiciosos, provavelmente devido aos distritos de CLTS. Tete teve um desempenho muito mau com 22,8% de execução, enquanto Manica esteve ao nível de 55,7%. Maputo província teve a pior execução com 4,5%, devido ao deficiente processo de recolha de dados, e reduzida articulação entre o sector e os municípios.

7.2.2 Saneamento Total Liderado pela Comunidade

A abordagem CLTS leva as comunidades a fazer uma auto-análise da sua situação de saneamento e **desperta** uma acção colectiva para eliminar o fecalismo a céu aberto, e construir latrinas sem subsídios. Chama-se Saneamento Total, porque esse é o objectivo: faz pouco sentido que 90% dos moradores tenham uma latrina, quando os outros 10% ainda estão espalhando fezes no meio ambiente. Por isso, a primeira etapa do CLTS é conseguir que as pessoas construam e usem qualquer tipo de latrina.

O CLTS tem sido aplicado com sucesso em outros países e foi introduzido em Moçambique em Agosto de 2008, no âmbito do Projecto UNICEF 1 Milhão, com a formação de 74 pessoas que foram trabalhar nos distritos do projecto. Desde então o CLTS tem sido implementado em Manica, Sofala e Tete pelo UNICEF, em Nampula e Cabo Delgado pela CARE – SDC e a Fundação Aga Khan; e em Gaza, Maputo e Zambézia pelo PRONASAR.

No quadro da implementação do CLTS de 2010, 1,22 milhão de pessoas construíram um total de 244.494 latrinas, das quais 69.195 latrinas tradicionais melhoradas, servindo 345.975 pessoas e 175.299 latrinas tradicionais, servindo 876.495 pessoas. Se o número de latrinas construídas estivesse dentro dos padrões de acesso, a cobertura teria aumentado em 8% num só ano. Ou seja, que existe sempre uma necessidade de complementar-se as acções do CLTS com algum programa de fazer melhorar as latrinas construídas para atingirem o padrão de acesso recomendado.

O progresso de 2010 é considerado bom, do ponto de vista de melhoria da saúde pública, mas medidas adicionais recomendadas pelo relatório de “Documentação e Avaliação Preliminares, WSP 2009” precisam de ser implementadas massivamente, nomeadamente:

- Modelos inovadores de latrinas melhoradas a baixo custo; e
- Formação de artesãos baseados nas comunidades para que possam construir as latrinas melhoradas.

7.2.3. Saneamento Escolar

Em relação ao saneamento escolar, foram construídas 316 latrinas escolares distribuídas da seguinte forma: Gaza (25), Sofala (270) e Zambézia (21). Também foram despertadas 260 escolas, sendo em Tete (77) e Manica (183). Em Nampula, foi assinado um contrato para construção de 30 latrinas escolares no distrito de Angoche, com o financiamento do UNICEF.

7.3 Principais resultados do saneamento urbano

7.3.1 Os grandes projectos de saneamento urbano

No saneamento urbano, houve a continuação da implementação dos sete grandes projectos urbanos, a saber:

Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento às cidades de Pemba, Montepuez, Nampula, Nacala, Monapo, Quelimane, Mocuba e Gurué, com o financiamento do MCC e do Governo Moçambicano. Foram realizados estudos de viabilidade, avaliação do impacto ambiental e social, projecto detalhado e fiscalização das obras de reabilitação e expansão dos sistemas de drenagem e saneamento de Pemba, Nampula e Quelimane. Também foram realizados estudos de viabilidade, avaliação do impacto ambiental e social, projecto detalhado e fiscalização das obras de reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água, drenagem e saneamento de Nacala, Mocuba e Gurué e abastecimento de água à Monapo e Montepuez. Este último inclui também uma componente de controlo de erosão. Estes estudos não são conclusivos, seguindo-se uma última fase de estudos mais detalhados, antes da fase de obras.

Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento às cidades de Lichinga e Cuamba. Tem o financiamento do Governo de Moçambique e do BAD. Ao abrigo do acordo de financiamento, o projecto será implementado pelo FIPAG, a DNA e o CRA. O FIPAG é responsável pelas componentes de apoio ao desenvolvimento institucional, reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água, a DNA pelas componentes de saneamento, gestão do projecto e auditoria, enquanto o CRA vela pelos aspectos ligados à satisfação do consumidor, monitoria e avaliação na componente de desenvolvimento institucional.

Projecto de Saneamento da Cidade da Beira - Fase I. Esta fase tem o financiamento da União Europeia e do Governo Moçambicano e tinha 4 lotes diferentes que compreendiam: **(Lote 1)** Limpeza e inspecção de 170Km de colectores e o revestimento de 62Km de colectores; **(Lote 2)** Construção da estação de tratamento de águas residuais - construção dos Reatores Anaeróbicos (10%), construção da Câmara de Filtros (10%) e execução de arruamentos internos e drenagem (40%); **(Lote 3)** Substituição de colectores - colocação de 5,78km da linha de pressão PB1/SCH300, construção de 24 caixas de ligação da linha de pressão PB7,8 e 9 e colocadas as 15 válvulas de marés na rede de águas pluviais; e **(Lote 4)** Reabilitação de postos de bombagem, estações elevatórias e saídas de águas pluviais para o mar. Os Lotes 1,3 foram executados em 98%, o Lote 2 em 55% e o Lote 4 foi terminado. Este progresso é considerado bom, pois o Lote 2 deverá estar concluído a qualquer momento do primeiro semestre de 2011.

Projecto de Saneamento da Cidade da Beira - Fase II. Esta fase tem o financiamento do Governo Moçambicano e do BADEA, e incluiu a elaboração do Projecto Executivo para extensão do sistema de saneamento e o arranque das obras propriamente ditas. Em termos de realizações, foi aprovado o contrato de consultoria pelo BADEA, assinado o contrato para serviços de consultoria pelo consultor e pela DNA e iniciada a elaboração do projecto executivo. Em termos gerais esta realização é pobre no quadro geral da implementação do projecto (10%), mas constitui fundamento para a monitoria do projecto em 2011.

Projecto de Drenagem à Zona Industrial da Cidade de Inhambane. Com o financiamento dos Governos de Moçambique, o projecto tinha como actividade de 2010, a elaboração do Projecto Executivo para as obras de drenagem. As realizações estão ao nível de 80%, pois já foi assinado o contrato para elaboração do projecto executivo, foi mobilizado o consultor que já iniciou a elaboração do projecto executivo.

Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento e Apoio institucional às 4 Cidades Sul. O plano compreendia a elaboração do projecto executivo para as obras de drenagem e apoio institucional aos municípios de Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chokwé. Concluída a elaboração dos Planos Directores de Saneamento das 4 cidades.

Projecto de Drenagem da Cidade de Maputo. Este projecto tem o financiamento do Governo de Moçambique e o da Itália. Em termos de actividades de 2010, tinha sido previsto o estabelecimento da Unidade de Gestão do projecto, que foi concluído.

Projecto de Drenagem do Estádio Nacional de Zimpeto. Este projecto tem o financiamento do Governo Moçambicano. O plano 2010 previa a elaboração do projecto executivo do sistema de recolha e tratamento de águas residuais (ETAR) e o início das obras de construção do sistema de drenagem de águas pluviais. Em termos de realizações, foi lançado o concurso para a contratação e seleccionado o consultor da assistência técnica e também foi mobilizado o empreiteiro.

7.3.2 Saneamento peri-urbano

Nas zonas peri-urbanas das 12.030 latrinas melhoradas programadas para 2010, foram construídas 5.234 latrinas, servindo um adicional de 26.170 pessoas. A execução representa 43,5% do plano. As construções de latrinas melhoradas por província estão ilustradas na tabela a seguir.

Tabela 14 - Latrinas planificadas e construídas nas zonas peri-Urbanas do país

Província	Plano de Construção de Latrinas	Latrinas Construídas	% Execução	População Servida
Maputo-Cidade	1.600	1.767	100	8.835
Maputo província	3.000	150	5	750
Gaza	1.500	900	60	4.500
Inhambane	1.030	900	87,4	4.500
Sofala	1.000	787	78,7	3.935
Manica	500	298	59,6	1.490
Tete	400	60	15	300
Zambézia	1.000	115	12	575
Nampula	500	49	9,8	245
Cabo Delgado	300	208	69,3	1.040
Niassa	1.200	3.786	100	18.930
Total	12.030	5.234	43,5	26.170

Esta execução deve ser considerada extremamente baixa e está associada ao deficiente funcionamento dos Estaleiros de Latrinas melhoradas e a deficiente recolha de dados junto das DPOPH`s e dos Municípios.

7.4 Assuntos chave e recomendações

7.4.1 Assuntos chave

- O saneamento rural continua a receber pouco dinheiro (descentralizados 6,22 milhões de Meticais) quando comparado ao abastecimento de água rural (descentralizados 72,8 milhões de Meticais).
- Fraca coordenação entre os vários intervenientes do sub-sector de saneamento nomeadamente o MOPH, MINED, MISAU, etc.
- Nível mínimo de serviço exigido muito alto. A implementação do CLTS produziu um incremento de 8% de cobertura que não vai ser contabilizada. Embora a capacidade de pagar das comunidades seja baixa as latrinas por si construídas (tradicional e tradicional melhorada) não são contabilizadas no cálculo do acesso.

7.4.2 Recomendações

- Recomenda-se o aumento progressivo da alocação orçamental para o saneamento e higiene até atingir os 0,5% do PIB, de acordo com a declaração Ministerial de eThekweni.
- Continuar os esforços de melhoria de coordenação das actividades, a todos níveis para que mais recursos estejam disponíveis.
- Continuar a discussão sectorial sobre as normas de saneamento.

8. ÁGUA URBANA

8.1 Objectivos e metas

Para as zonas urbanas o objectivo do PQG é aumentar a provisão e acesso a água potável para 70% de cobertura em 2014, o que corresponde à extensão do serviço a cerca de dois milhões e meio de novos consumidores adicionais aos quase quatro milhões actualmente servidos. De acordo com esse objectivo, o plano anual 2010 era o de alcançar a taxa de acesso de 64% da população, através das seguintes actividades:

- Estabelecimento de 28.500 ligações domiciliárias;
- Construção e reabilitação de 141 fontanários; e
- Intervenções nos sistemas de abastecimento de água das cidades de Maputo/Matola/Boane, Cuamba e Lichinga, Chimoio, Manica e Gondola;
- Intervenções em 18 sistemas secundários de abastecimento.

Estas actividades do subsector urbano estão adstritas a duas instituições de gestão de património, o FIPAG e a AIAS, quer sejam sistemas principais ou secundários. Dado que o processo de transição do DAR e DAU para a AIAS estão ainda em curso, parte das actividades foram realizadas pelo DAR ou DAU. Outro actor importante é o Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA), que pelo Decreto 18/2009, é alargado o mandato do CRA à regulação de todos os sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, em moldes e regimes regulatório apropriados às condições técnicas e de gestão específica dos sistemas.

8.1 Principais resultados dos Sistemas Principais

Os sistemas principais são aqueles que são geridos pelo FIPAG, que correspondem aos 18 sistemas que abastecem água às 11 sedes das capitais provinciais, mais as 10 cidades/vilas de Boane, Chókwe, Maxixe, Dondo, Nacala Porto, Angoche, Cuamba, Moatize, Manica e Gondola. As actividades do subsector urbano 2010 são de facto deste grupo de sistemas, porque as actividades dos sistemas secundários estão a ser implementadas através de projectos *off-budget* ou são implementadas como acções de emergência.

Os principais resultados alcançados foram:

Estabelecidas 38.115 ligações domiciliárias contra as 28.500 planificadas, beneficiando a 190.575 pessoas adicionais. As cidades de Xai-Xai, Chokwe, Inhambane, Maxixe, Beira/Dondo, Quelimane, Nampula, Pemba e Tete fizeram muito mais ligações do que as planificadas. As cidades de Lichinga, Cuamba, Chimoio e Manica não cumpriram com os objectivos de ligações por falta de água nos sistemas.

Fazendo uma análise mais retrospectiva do aumento das ligações por sistemas principais, o CRA concluiu que existiam em 2009 mais de 215 mil ligações entre os sistemas principais que entraram no Quadro de Gestão Delegada até 2004 (não inclui Lichinga Cuamba, Nacala, Angoche, Tete, Moatize, Chimoio e Manica integrados em Julho de 2009). Das mais de 38 mil ligações feitas em 2010, pouco mais de 23 mil contribuíram para o aumento de ligações nesses sistemas principais fixando o número global acima de 236 mil ligações (tabela 15), confirmando-se desta feita, a tendência crescente da cobertura do abastecimento de água, em particular, nas periferias urbanas, onde reside maioria das famílias de menos posses. Esta realidade resulta da conclusão da maior parte dos investimentos iniciados em 2006, em quase todo o País.

Tabela 15 – Número de ligações – 2007/2010

Sistema	2007	2008	2009	2010	Aumento
					2009-2010
Maputo/Matola/Boane	97.977	102.722	118.284	123.723	5%
Beira/Dondo	15.235	17.974	26.966	32.940	22%
Quelimane	4024	5268	10.302	12.722	23%
Nampula	10.030	11.836	13.896	19.619	41%
Pemba	5.024	5.598	8.587	11.380	33%
Chókwè	4.301	4.902	7.073	8.605	22%
Xai-Xai	5.770	8.562	11.205	14.901	33%
Inhambane	3.863	6.291	8.191	9.287	13%
Maxixe	1.848	4.298	7.375	10.417	41%
Total	150.079	169.459	213.888	236.999	11%

Fonte: Adaptada do CRA 2010

Construídos e reabilitados 226 fontanários contra os 141 planificados, beneficiando a 113.000 pessoas adicionais. Na área dos fontanários as cidades de Maputo/Matola, Beira/Dondo, Nacala Porto, Angoche e Tete tiveram as suas metas ultrapassadas.

Com estes resultados a taxa de acesso a água nas áreas urbanas foi de 64% correspondentes a 3,2 Milhões de pessoas, conforme o previsto no PES 2010 (tabela 16). A cobertura por serviços de água urbana contabilizada hoje no sector, corresponde àquela dos sistemas principais, pois até hoje maior parte dos sistemas secundários são contados como componente de Água Rural.

Tabela 16 - Taxas de acesso para o AAU, alcançadas com a implementação do PES 2010

Cidade/Vila	Ligações Domiciliárias		Fontanários		População		Taxa de Acesso	Horas de Distribuição
	Existentes		Existentes		Urbana	Servida		
	Rede Pública	Rede Privada (POP)	Rede Pública	Rede Privada (POP)				
Maputo/Matola/Boane	117.769	52.559	441	525	1.959.563	1.385.738	71%	12
Xai-Xai	13.772	117	83	8	130.420	119.112	91%	24
Chokwe	8.315	0	86	0	96.597	87.070	90%	24
Inhambane	8.659	0	49	0	67.013	70.393	105%	24
Maxixe	9.172	0	89	0	92.637	93.112	101%	24
Beira/Dondo	31.642	0	518	0	538.566	426.703	79%	24
Quelimane	11.449	0	185	0	206.267	153.180	74%	24
Nampula	17.070	0	449	0	534.889	314.971	59%	21
Nacala Porto	4.377	0	161	0	227.461	103.698	46%	18
Angoche	1.852	0	40	0	191.679	29.816	16%	22
Pemba	10.074	0	140	0	147.832	123.392	83%	23
Lichinga	2.269	0	39	0	161.003	31.526	20%	21
Cuamba	917	0	19	0	89.761	14.360	16%	10
Tete	9.823	0	136	0	173.536	120.062	69%	20
Moatize	2.051	0	48	0	44.219	34.870	79%	17
Chimoio	5.431	0	63	0	264.170	60.284	23%	10
Manica	1071	0	21	0	40.218	16.176	40%	16
Gondola	1103	0	28	0	37.716	19.846	53%	23
Global	256.816	52.676	2.595	533	5.003.547	3.204.308	64%	20

Para além dos indicadores de cobertura, importa analisar outros indicadores de desempenho que não estando incluídos entre os indicadores do subsector de água urbana, têm sido internacionalmente usados na avaliação da qualidade dos serviços prestada aos consumidores e a sustentabilidade dos operadores⁷, que são: tempo de distribuição, água não contabilizada, taxa de cobrança total e índice de cobertura dos custos operacionais.

Tempo de distribuição. O indicador avalia o nível de disponibilidade de água aos consumidores, e é medido como sendo a média das horas de distribuição de todos os centros distribuidores do sistema. Embora, este método não seja o mais correcto, pois os consumidores nas extremidades da rede, recebem menos horas relativamente aos consumidores próximos aos centros distribuidores. Esta proposição é corroborada pelo facto de ainda se verificarem *zonas de risco* em Nampula, Pemba e Maputo/Matola, que são definidas como as que recebem menos de 4 horas por dia e com pressão abaixo de 0,5 m.c.a., isto é, a água jorra a menos de 50 cm do nível do solo. Observa-se que todos os sistemas atingiram um bom desempenho, acima do alvo fixado em 16 horas por dia, com excepção do sistema de Maputo/ Matola que se situou em 12 horas, facto resultante do atraso dos investimentos e da extensão da rede sem que tenha havido uma redução significativa das perdas nem aumento de produção. Dado o peso do sistema de Maputo/Matola a média ponderada deste indicador situou-se em 15 horas o que corresponde a um desempenho global razoável.

Água não contabilizada. O indicador destina-se a avaliar a eficiência da exploração do sistema, no que respeita às perdas técnicas e comerciais, ou seja, percentagem de água entrada no sistema e que não é facturada. Quanto maior o valor deste indicador, menor é o desempenho da empresa. Numa apreciação global a maioria dos sistemas apresentaram um bom desempenho, abaixo do alvo fixado em 35%, com excepção de Pemba e Maputo, onde este último registou o valor mais alto. No entanto, este sistema teve melhoria ligeira relativamente ao nível de 57% verificados em 2007 e está no percurso para atingir um valor inferior a 41% com a conclusão das obras em 2011, conforme estabelecido no contrato de Cessão de Exploração.

Taxa de Cobrança Total (%). O indicador avalia a eficiência comercial da empresa no que diz respeito à arrecadação de receitas. Em 2009, os valores totais cobrados pelas empresas fixaram-se em 88% da facturação total, o que reflecte um desvio negativo de cinco pontos percentuais, comparativamente ao valor de referência de 90%. Os sistemas de Maputo/Matola, Beira/Dondo e Inhambane situaram-se acima do alvo, contrariamente aos sistemas de Nampula, Pemba, Chókwè e Xai – Xai. De referir que as taxas de cobranças do período em análise incluem os valores das cobranças de facturas não pagas em anos anteriores, e importa igualmente mencionar que a maior parcela do saldo em dívida é das instituições públicas, particularmente, Saúde, Educação e Defesa.

Índice de cobertura de custos operacionais. O índice de cobertura de custos operacionais avalia a capacidade que as empresas têm de suportar todos os encargos relacionados com o exercício corrente das suas actividades. Em 2009, os sistemas de Nampula e Pemba são os únicos que atingiram o nível de referência de cobertura de custos, fixado em 1.15, e os restantes situaram-se abaixo de referência, o que de certa forma traduz as dificuldades que estas empresas têm de honrarem na totalidade as obrigações no curto prazo.

⁷ Este avaliação foi retirado do relatório do CRA 2010: Relatório ao Governo 2009. Outubro de 2010.

8.2 Principais resultados dos Sistemas Secundários

Ao abrigo do diploma 237/2010 de 27 de Dezembro é transferida para a AIAS, a gestão de 130 sistemas públicos de distribuição de água, também chamados de sistemas secundários, e 151 sistemas públicos de drenagem de águas residuais.

A AIAS está num processo de consolidação da sua estrutura administrativa e vai implementando algumas actividades, algumas delas que foram transferidas do DAU ou do DAR para esta, e todas actividades do MCC/World Bank nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. Ao mesmo tempo, a AIAS tem estado a trabalhar com os Governos Provinciais de Nampula e Zambézia, no sentido de criar Comissões Provinciais de Instalação dos futuros Serviços Provinciais de Água e Saneamento (SEPAS) e os Conselhos Provinciais de Água e Saneamento (COPAS). Está em curso o processo de recrutamento de uma Assistência Técnica, que irá ajudar a AIAS na implementação das actividades relacionadas com estes investimentos.

Maior parte das actividades de 2010 compreendeu as actividades já descritas no capítulo de saneamento, ou a realização de estudos de viabilidade em Pemba, Montepuez, Nampula, Nacala, Monapo, Quelimane, Mocuba e Gurué, com o financiamento do MCC e do Governo Moçambicano. Para além disso, os sistemas de Marrupa, Moma, Namialo, Pebane, Maganja da Costa, Milange, Ulóngue, Catandica, Gorongosa e Marromeu, não tiveram financiamento. O sistema de Bilene Macia e Praia do Bilene terminou o Estudo de viabilidade e projecto executivo.

AIAS está numa fase de arranque e com projectos em curso, mas a avaliação de desempenho é mediana pois faltaram recursos humanos e financeiros para o arranque das actividades.

8.3 Principais resultados do CRA

O CRA foi criado pelo Decreto n.º 74/98, de 23 de Dezembro, como uma instituição dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como mandato o seguinte:

Mandato Principal:

- Regulação económica através da definição de tarifas sociais e economicamente justas;
- Salvaguarda dos interesses dos consumidores através da garantia do equilíbrio entre o preço ao consumidor e a qualidade do serviço;
- Conciliação de interesses e mediação entre o Cedente e o Operador.

Mandato complementar:

- Acompanhamento dos processos de gestão delegada;
- Identificação das necessidades dos consumidores, actuais e futuros;
- Promoção do funcionamento e melhoria do Quadro da Gestão Delegada.

O alargamento, nos termos do Decreto n.º 18/2009, de 13 de Maio, do âmbito da Gestão Delegada aos serviços de drenagem de águas residuais, o CRA passa a prestar serviços a quatro mercados de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, a saber:

- Os sistemas principais de abastecimento água urbanos;
- Os sistemas das cidades secundárias;
- Os sistemas de drenagem de águas residuais; e
- Os sistemas de abastecimento água peri-urbanos.

Na sequência da expansão do seu mandato, o CRA tem trabalhado na adequação dos seus estatutos e em documentos orientadores. Neste contexto, o CRA está a desenvolver a **estratégia de descentralização da regulação da gestão delegada** assente em responsabilidades na regulação a realizar-se a dois níveis: Central (**regulação directa**) e Local (**regulação indirecta**) pois, esta última, é a forma de regulação mais viável para os sistemas mais pequenos.

Nos **sistemas principais**, o CRA continuou a regular o desempenho da Água de Moçambique na área metropolitana de Maputo e ao FIPAG nos restantes sistemas. No âmbito da regulação económica, o CRA introduziu grandes alterações na estrutura tarifária e no custo das ligações domésticas, ao serviço dos grupos de menos posses. Uma ligação doméstica recebe um subsídio cruzado da estrutura tarifária de 55% e pode ser paga em prestações, sendo o valor inicial de 650 MT. Na estrutura tarifária, desenvolveu uma categoria de serviço para pessoas vivendo com US\$ 0,5/dia. O CRA criou um escalão de consumo mínimo de 5m³/mês, com a capitação de 27l/c/d, ao custo de 5% de US\$ 0,5/dia (US\$ 4,5/mês). Para os que compram aos vizinhos esta tarifa sobe para US\$10/mês.

Outra área de realce nestes sistemas é a implementação da regulação do piloto da revenda de água no quintal, no Distrito Urbano de Nhamankulo em Maputo. Existem 17 revendedores regulados em 3 bairros que são Unidade 7 (11), Nhamakulo D (1) e Aeroporto B (5), todos eles ligados a contadores de água pré-pagos. OS revendedores pagam uma taxa de regulação fixa de 25 MT/mês às autoridades do distrito. Esse dinheiro é usado para pagar subsídios aos responsáveis de água que controlam o processo de revenda localmente.

Nos sistemas de cidades secundárias, o CRA preparou os marcos da regulação dos sistemas secundários. Na sequência desse processo realizou uma reunião com os municípios da região norte em Nampula.

8.4 Assuntos chave e recomendações

8.4.1 Assuntos chave

- Maputo/Matola/Boane representa um peso de 50% de todos sistemas principais e é precisamente neste sistema onde o valor de água não contabilizada regista valores acima dos 41%, principalmente ao nível dos bairros peri-urbanos onde as ligações ilegais acontecem. Os investimentos em curso poderão ser prejudicados se não houver um programa específico de controlo e combate às ligações ilegais.
- A fatia de investimentos nos sistemas secundários é muito reduzida, quando comparada ao universo de 130 sistemas secundários transferidos para AIAS.
- O aumento de serviços nas áreas peri-urbanas precisa de ser acompanhado de mecanismos de regulação a altura da melhoria dos serviços.

8.4.2 Recomendações

- Recomenda-se que novas campanhas de expansão de serviços às áreas peri-urbanas incluam sempre um programa de detecção e controlo de ligações ilegais.

- A AIAS deveria pensar num programa de operacionalização e organização de serviços mínimos nos sistemas secundários, como ponto de partida para conseguir um programa nacional de PSAA.
- O CRA precisa de massificar a regulação descentralizada a medida da melhoria dos serviços das áreas peri-urbanas.

9. ÁGUA RURAL

9.1 Objectivos e metas

O objectivo do PQG é aumentar a provisão e acesso a água potável nas zonas rurais e vilas para 69% no ano de 2014, servindo a 13,5 milhões de habitantes das zonas rurais. O plano do subsector de água rural para 2010 previa o alcance duma taxa de acesso de 56,6% através da realização das seguintes actividades:

- Operacionalização de 1.770 fontes a saber:
 - Construção de 66 poços
 - Construção de 1.132 fontes novas
 - Reabilitação de 572 fontes dispersas
- Reabilitação e construção de 31 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água do Tipo I;
- Elaboração de projectos executivos de 8 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água do Tipo I;
- Realização de actividades para a sustentabilidade das fontes;
- Formação de pessoal no âmbito do SINAS.

9.2 Principais resultados de água rural

Operacionalização de 1.770 fontes dispersas. Em 2010 foram construídas/reabilitadas um total de 2.433 fontes dispersas, correspondendo a uma execução acima do plano anual. Dessas fontes, 61 foram poços novos, 1.379 furos novos e 993 reabilitações. Estas intervenções beneficiaram a 1.216.500 pessoas adicionais, conforme se mostra na tabela 17. As principais causas desse sucesso, estão associadas aos fortes investimentos internos (descentralizados) e de projectos que estão a acontecer em todas as províncias, a melhoria significativa da recolha de dados o permitiu a captura de realizações feitas pelas igrejas e “pequenas ONGs”. Mas por outro lado o facto de haver um desfasamento entre os calendários de planificação do Estado Moçambicano com o das ONGs não permite incluir no PES as acções físicas de algumas organizações.

Tabela 17 - Fontes dispersas reabilitadas e construídas durante o Ano de 2010

Província	Construções				Reabilitações		Total de Construções e Reabilitações			Pop. Servida
	Poços		Furos				Plano	Real	%	
	Plano	Real	Plano	Real						
Niassa	0	0	22	52	45	45	67	97	100.0	48,500
Cabo Delgado	34	7	50	137	90	84	174	228	100.0	114,000
Nampula	15	20	325	338	45	97	385	455	100.0	227,500
Zambézia	10	33	180	284	106	284	296	601	100.0	300,500
Tete	0	0	140	173	15	50	155	223	100.0	111,500
Manica	5	0	160	126	30	86	195	212	100.0	106,000
Sofala	2	0	185	165	65	77	252	242	96.0	121,000
Inhambane	0	0	33	41	76	193	109	234	100.0	117,000
Gaza	0	1	22	34	30	43	52	78	150.0	39,000
Maputo	0	0	15	29	70	34	85	63	74.1	31,500
Total	66	61	1,132	1,379	572	993	1,770	2,433	100.0	1,216,500

Em todas províncias, a proporção de fontes reabilitadas continua a ser bastante alta. Em 2010, Inhambane (82%), Gaza (55%), Maputo (54%), Zambézia (47%), Niassa (46%) apresentaram as taxas mais altas de reabilitações, acima da média nacional que foi de 41%. Esta média é mais baixa que a de 2009 que era de 43%, mas situa-se dentro dos limites das médias do período 2000 -2010 que foi de 40,4%.

Reabilitação e construção de 39 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água do Tipo I. Do total de 31 sistemas planificados, 24 eram reabilitações e 7 construções. Deste plano, 19 foram reabilitados e 6 foram construídos, o que corresponde a uma realização de 80,6% do planificado. Nos restantes 14 sistemas foram elaborados os projectos executivos, estando na sua maioria na fase de concurso.

A soma dos resultados das fontes dispersas com os dos pequenos sistemas elevou a cobertura por água rural em 4,2%, passando de 54% em 2009 para 59,6% em 2010 (tabela 18).

Tabela 18. Taxas de acesso para AR, alcançadas com a implementação do PES 2010

PROVINCIA	POPULAÇÃO RURAL ACTUAL	FONTES DISPERSAS - POCOS, FUROS e NASCENTES			POPULAÇÃO SERVIDA			COBERTURA (%)
		Existentes	Operacionais	Avariadas	Fontes	PSAA	Total	
Niassa	1,046,695	1,877	1,591	286	723,833	6,925	730,758	69.8
Cabo Delgado	1,350,666	2,199	1,911	288	846,505	126,000	972,505	72.0
Nampula	3,099,591	3,223	2,705	518	1,352,500	46,355	1,398,855	45.1
Zambézia	3,428,999	3,812	3,304	508	1,604,498	41,164	1,645,662	48.0
Tete	1,771,654	2,065	1,904	161	952,000	31,025	983,025	55.5
Manica	1,213,056	1,784	1,694	90	786,674	68,557	855,231	70.5
Sofala	1,133,799	1,683	1,570	113	736,021	34,750	770,771	68.0
Inhambane	1,064,278	2,130	1,950	180	769,420	38,055	807,475	75.9
Gaza	965,965	1,850	1,511	339	694,896	37,054	731,950	75.8
Maputo	434,252	854	743	111	345,694	8,315	354,009	81.5
Total	15,508,955	21,477	18,883	2,594	8,812,041	438,200	9,250,241	59.6

Nampula (45,1%), Zambézia (48%) e Tete (55,5%) continuam abaixo da meta do PQG (69% de cobertura em 2014) e consequentemente, dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (70% de cobertura em 2015).

Realização de actividades para a sustentabilidade das fontes. Com vista a garantir a sustentabilidade das fontes a serem construídas/reabilitadas, foram contradas ONGs e empresas da área social para realizarem Programas de Educação Comunitária (PEC) (tabela 19).

Tabela 19. Actividades do PEC nas zonas Rurais

Província	Acções Realizadas
Gaza	Concluída a contratação de Empresas da Área Social e ONG`s que vão realizar o PEC Zonal para cinco Distritos.
Maputo	Concluída a contratação de Empresas da Área Social e ONG`s que vão realizar o PEC Zonal para cinco Distritos.
Sofala	Mobilização e sensibilização de 161 comunidades nos Distritos de Dondo (20), Muanza (10), Búzi (21), Nhamatanda (30), Maríngué (30), Gorongosa (20) e Chemba (30).
	Introdução de cadernos de manutenção descentralizada das fontes no Distrito de Dondo.
	Assinaturas de acordos entre mecânicos e Comitês de Água e Grupos de Manutenção.
Manica	Formação de 259 Comitês de Água e revitalização de 283 Comitês de Água e Saneamento
	Efectuada a manutenção preventiva/rotina em 106 fontes. Reparadas pelas comunidades 18 fontes avariadas.
	Incrementado o número dos locais com disponibilidade de peças sobressalentes de 4 no IIIº Trimestre de 2009 para 19 no final de 2010. Distritos de (Mossurize, Machaze, Gondola, Sussundenga; Manica e Guro).
	Introduzidos os cadernos de manutenção das fontes de água.
Tete	Facilitação de contratos entre artesãos mecânicos na manutenção para a reparação das fontes.
	Formação de 51 mecânicos para garantir a reparação das fontes avariadas.
	Formação de 180 Novos comitês de água. Introdução do cadernos de manutenção das fontes de água.
Zambézia	Concluída a contratação de Empresas da Área Social e ONG`s que vão realizar o PEC Zonal para cinco Distritos.
Nampula	Formados 35 artesãos em reparação e manutenção de fontes sendo, 26 (Distrito de Eráti) e 9 (Distrito de Mecuburi).
Niassa	Monitoradas os 4 postos de venda de peças sobressalentes, dois na Cidade de Lichinga (zona norte), um em Cuamba (zona sul), e outro no Distrito de Majune (zona central).

Ainda em 2010, o PRONASAR lançou uma iniciativa que visa documentar as boas práticas de gestão sustentável das fontes dispersas, com o objectivo de disseminar essas práticas a nível nacional e alargar o leque de opção de gestão.

Formação de pessoal no âmbito do SINAS. Com o arranque do PRONASAR o SINAS ganhou maior relevo pela necessidade de melhorar a monitoria do programa. Assim, acções têm sido levadas a cabo em parceria com a SDC, a Holanda, UNICEF e WSP no sentido de formar o pessoal até aos Postos Administrativos, utilizando fichas e modelos de relatórios já elaborados e acordados com as DPOPHs, SDPIs e Chefes dos Postos administrativos.

Tabela 20. Acções realizadas no sentido de melhorar a planificação e a Base de Dados de ASR

Província	Acções Realizadas
Maputo	Treinamento 18 técnicos dos SDPI's em planificação orientada para objectivos "abordagem do quadro lógico".
Gaza	Treinamento 16 técnicos dos SDPI's em planificação orientada para objectivos abordagem do quadro lógico".
Sofala	Actualizados bases de dados manuais em todas as Localidades e Postos Administrativos, nos 7 Distritos da Província (Dondo, Muanza, Nhamatanda, Gorongosa, Maringué, Chemba e Búzi).
Manica	Actualizada a Base de dados Digital nas sedes distritais e Manual nos Postos Administrativos dos Distritos de (Mossurize, Machaze, Gondola, Sussundenga; Manica e Guro).
	Treinamento 20 pessoas (Chefes de Postos Administrativos, Directores do SDPI's) no uso de instrumentos de recolha de dados/informações sobre AASR (Modelos de relatórios).
Tete	Actualizada a Base de Dados manual nos Postos Administrativos e estabelecidos base de dados digitais nos SDPI's 6 Distritos (Angónia, Tsangano, Chifunde, Marávia, Changara e Zumbo).
Nampula	Treinamento 20 pessoas (Chefes de Postos Administrativos, Directores do SDPI's) no uso de instrumentos de recolha de dados/informações sobre AASR (Modelos de relatórios e de fichas de recolha de dados).
Zambézia	Compiladas, para a base de dados da DPOPH/DAS 232 fontes construídas e reabilitadas.

9.3 Assuntos chave e recomendações

9.3.1 Assuntos chave

- A sustentabilidade dos investimentos na água rural continua a ser um problema. Enquanto se reporta uma taxa de fontes inoperacionais de 12%, no mesmo ano são reabilitadas 40,3% das infra-estruturas de água. Se o objectivo do sector for operacionalizar 3.681 fontes entre 2012 – 2015, mais de 0,5 milhão de pessoas anteriormente servidas deverão ser servidas *de novo* em cada ano.
- A questão de criação de capacidades locais de implementação, supervisão e monitoria dos programas locais continua urgente. As lacunas na recolha de dados financeiros anuais podem ter a ver com insuficiência de capacidades locais.
- A gestão de sistemas em trânsito de Água Rural para Água Urbana e desta para AIAS traz algumas inconsistências na prestação de contas.

9.3.2 Recomendações

- Continuar a agenda de sustentabilidade.
- Os fundos descentralizados precisam de ser acompanhados por procedimentos claros de utilização assim como de mecanismos de supervisão eficientes.
- É necessário criar uma agenda de transferência das responsabilidades dos sistemas secundários.

10. VIH/SIDA NO SECTOR DE ÁGUAS

10.1 Contexto e definições

O VIH&SIDA é um mal social que ameaça a humanidade e interfere negativamente no desenvolvimento económico do país. Perante esta epidemia todos somos vulneráveis, havendo, porém, grupos que pela natureza da actividade que desenvolvem são mais vulneráveis a contaminação pelo VIH&SIDA. O Sector de Águas por inerência das suas actividades é um sector considerado vulnerável a contaminação pelo vírus de VIH&SIDA, havendo por isso necessidades de empreender esforços de modo a minimizar os índices e impactos negativos desta epidemia.

O Plano Operacional do Ministério das Obras Públicas e Habitação, para prevenção e combate as ITS/VIH e SIDA, define como actividades prioritárias destacando-se, entre outras a informação, educação, sensibilização e consciencialização dos diferentes grupos, definindo os funcionários e agentes do estado, formados internos e externos do Centro de Formação Profissional de Águas (CFPAS), como o público beneficiário das acções a empreender no âmbito a esta pandemia.

Deste modo, no âmbito da operacionalização do Plano operacional do MOPH, em concordância com Estratégia de Combate ao VIH & SIDA na Função Pública (2009-20130), para a prevenção e combate a esta epidemia, este Ministério propõe-se a desenvolver acções de INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO (IEC) em matéria das ITS/VIH/SIDA.

Para garantir que estas acções sejam contínuas torna-se importante capacitar o Sector de Águas com o pessoal munido de competências específicas sobre esta pandemia, para que estes sejam multiplicadores e disseminadores da informação.

10.2 Estratégias nacionais de combate ao VIH & SIDA e o Sector

Moçambique é um país onde mais de 70% da população é rural e um dos grandes objectivos do Governo no presente quinquénio no âmbito do PARPA é de prover a este grupo populacional de meios e serviços que contribuam para o melhoramento da sua vida. Neste contexto, o Governo tem estado a envidar esforços no sentido de melhorar o abastecimento de água e saneamento as comunidades.

Os resultados a serem atingidos pelo Sector de Águas são ameaçados pela epidemia do HIV/SIDA. Estima-se que mais de 700 novos casos de infecções ocorrem a cada dia. A prevalência regional do HIV/SIDA entre a população adulta estima-se em 11% para o sul, 21% para o centro e 16% no norte.

Dados referentes a 2007 indicam que a sub-região da África Austral é a que se encontra mais afectada, com 35% dos casos nos 49 países do sul do Sahara, registando também 32 por cento de novas infecções e de mortes. Nesta sub-região, a prevalência nacional da doença excede os 15% em oito países, designadamente na África do Sul, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué.

No entanto, Moçambique é o único país da sub-região cujos dados referentes ao ano de 2006-07, dão conta de um aumento do total de novos casos em relação ao período anterior.

Pouco conhecimento se tem sobre as consequências da epidemia no Sector, na gestão comunitária e o seu efeito nas metas preconizadas na PA. A configuração dum **plano de acção** de combate e prevenção do HIV/SIDA, no Sector de águas vai proporcionar uma informação importante para o desenvolvimento de

linhas directrizes que permitam abordar programaticamente os desafios desta Endemia até aqui considerada como uma emergência nacional.

10.3. Os efeitos do VIH &SIDA no desempenho sectorial

O sector de águas assume um papel vital no processo de desenvolvimento do país, pois, a maioria do pessoal com habilidades técnicas e qualificações profissionais ao nível do MOPH esta nele empregue.

Um sector eficiente é pré-requisito para contribuir para o desenvolvimento do país. No entanto, tomando em consideração que sector de águas é parte integrante da Função Pública que esta a ser cada vez mais ameaçado pela pandemia do VIH, que naturalmente afecta o capital humano assim como os fluxos de recursos disponíveis para financiar o desenvolvimento. A propagação do VIH&SIDA, tem impacto negativo nas diversas componentes do sistema, destacando-se o impacto no ambiente e no local de trabalho, a nível da prestação de serviços e a nível da comunidades e famílias dos funcionários.

Analisando a situação do VIH&SIDA, a DNA realizou estudo de impacto desta endemia, a pesquisa não somente identificou a natureza do impacto como também procurou estimá-la, pese embora o facto de que os resultados apresentados tenham que ser ainda analisados com cautela, devido às limitações metodológicas que lhes são inerentes neste processo.

No que concerne a natureza do impacto, o estudo até a data realizado é unânime em considerar que no local de trabalho, onde existam funcionários e agentes do estado afectados pelo VIH, o impacto desta pandemia pode ser sentido de várias formas.

10.4. Assuntos – chave e recomendações

Para reduzir a propagação do VIH&SIDA, nos funcionários e agentes do Estado deve-se regular pelos seguintes princípios: a) ambiente de trabalho; b) não estigmatização e discriminação; c) diálogo social; d) confidencialidade; e) manutenção da relação de emprego; f) prevenção; g) respeito pela legislação; h) directa ao tratamento; e j) mitigação do impacto.